


DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II**ANO XLVIII — Nº 179****TERÇA-FEIRA, 9 DE NOVEMBRO DE 1993****BRASÍLIA — DF**

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 232ª SESSÃO, EM 8 DE NOVEMBRO DE 1993

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagens do Senhor Presidente da República

— Nº 393, de 1993 (nº 823/93, na origem), de agradecimento de comunicação.

— Nºs 394 e 395, de 1993 (nºs 830/93 e 832/93, na origem), restituindo autógrafos de projetos de lei sancionados.

— Submetendo à deliberação do Senado Federal a escolha de nome indicado para cargo cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:

— Nº 396, de 1993 (nº 820/93, na origem), de 4 do corrente, referente à escolha do nome do Senhor Edson Bastos Sabino, para exercer o cargo de Diretor de Fiscalização do Banco Central do Brasil

1.2.2 — Requerimentos

— Nº 1.107, de 1993, de autoria do Senador Lourenberg Nunes Rocha, solicitando que sejam considerados como licença autorizada os dias 4, 8, 11, 13, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28 e 29 do mês de outubro do ano em curso. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Nº 1.108, de 1993, de autoria do Senador Esperidião Amin, solicitando que seja considerado como licença autorizada, o dia 8 de novembro do corrente ano. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Nº 1.109, de 1993, de autoria do Senador João Rocha, solicitando que seja considerado como licença autori-

zada, o período de 5 a 9 de novembro do corrente ano. **Votação adiada por falta de quorum.**

1.2.3 — Comunicação da Presidência.

— Recebimento do Ofício nº S/140, de 1993 (nº 151 e 2.673/93, nas origens), solicitando autorização para que o Estado de São Paulo possa emitir e colocar no mercado Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo — LFTP, cujos recursos serão destinados à liquidação do quinto oitavo de precatórios judiciais pendentes, de responsabilidade daquele Estado, bem como de complementos relativos a parcelas emitidas anteriormente.

1.2.4 — Discursos do Expediente

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Presença de S. Exª na 24ª Reunião Anual da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos da América, realizada em 28-10-93, em New York, onde o Sr. Tony Sayegui foi agraciado com o prêmio Personalidade do Ano.

SENADOR VALMIR CAMPELO — Participação dos empregados nos lucros da empresa. Apelo para a apreciação pela Câmara dos Deputados do Projeto de Lei do Senado nº 155/89, que “dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros, ou resultados das empresas e dá outras providências”.

SENADOR BELLO PARGA — Considerações sobre o Projeto de Lei do Senado nº 135/93 — Complementar, na pauta da Ordem do Dia da presente sessão. O instituto do sigilo bancário.

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA — Expectativas diante das novas medidas econômicas do Governo,

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****MANOEL VILELA DE MAGALHÃES**

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Senatorial

Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

inseridas no Pacote Tributário, visando o combate à inflação.

SENADOR IRAPUAN COSTA JUNIOR — Considerações acerca do Tratado Brasil-Argentina sobre o controle das instalações nucleares.

1.2.5 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 143, de 1993, de autoria do Senador Júlio Campos, que define o crime de expor a vida, a integridade corporal, ou a saúde de alguém, por meio de recipiente de gás liquefeito de petróleo, defeituoso ou não requalificado, e dá outras providências.

1.2.6 — Comunicação

— Da Liderança do PPR no Senado Federal, de substituição de membros em Comissões Mistas.

1.2.7 — Comunicação da Presidência

— Dispensa da Ordem do Dia da presente sessão, nos termos do art. 174, do Regimento Interno.

1.2.8 — Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR JÚLIO CAMPOS — Defesa de maior agilização da reforma agrária.

SENADOR BENI VERAS — Malefícios da corrupção em nosso País, focalizando casos na Sudene e no DNOCS.

1.2.9 — Comunicação da Presidência

— Término do prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Resolução nº 120 e 121, de 1993, sendo que aos mesmos não foram oferecidas emendas.

1.3 — ENCERRAMENTO**2 — RETIFICAÇÃO**

Ata da 30ª Sessão, realizada em 4-2-93

3 — ATOS DO PRESIDENTE

Nº 532 a 534, de 1993

4 — MESA DIRETORA**5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS****6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****Ata da 232ª Sessão, em 8 de novembro de 1993****3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura****Presidência dos Srs. Chagas Rodrigues e Nabor Júnior**

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Albano Franco _ Álvaro Pacheco _ Amir Lando _ Bello Parga _ Beni Veras _ Carlos Patrocínio _ Chagas Rodrigues _ Coutinho Jorge _ Dario Pereira _ Eduardo Suplicy _ Elcio Álvares _ Eptácio Cafeteira _ Flaviano Melo _ Francisco Rollemberg _ Garibaldi Alves Filho _ Gilberto Miranda _ Hydekel Freitas _ Irapuan Costa Júnior _ Jarbas Passarinho _ João França _ Josaphat Marinho _ José Paulo Bisol _ Lourival Baptista _ Mauro Benevides _ Meira Filho _ Nabor Júnior _ Ronaldo Aragão.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A lista de presença acusa o comparecimento de 27 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos. O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente. É lido o seguinte

EXPEDIENTE**MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

De comunicação de recebimento:

Nº 393, de 1993 (nº 823/93, na origem), de 5 do corrente, referente à promulgação da Resolução nº 88, de 1993.

Restituindo autógrafos de projetos de lei sancionados:

Nº 394, de 1993 (nº 830/93, na origem), de 5 do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 176, de 1993 (nº 4.208/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao **caput** do art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, alterado pela Lei nº 8.138, de 28 de dezembro de 1990, sancionado e transformado na Lei nº 8.725, de 5 de novembro de 1993; e

Nº 395, de 1993 (nº 832/93, na origem), de 5 do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 166, de 1993 (nº 3.527/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que estabelece diretrizes para a consolidação e o reescalonamento, pela União, de dívidas internas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993.

Submetendo à deliberação do Senado a escolha do nome indicado para cargo cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:

MENSAGEM Nº 396, DE 1993
(Nº 820/93, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, letra d, da Constituição Federal, submeto à consideração do Senado Federal o nome do Senhor EDSON BASTOS SABINO para exercer o cargo de Diretor de Fiscalização do Banco Central do Brasil.

O Senhor EDSON BASTOS SABINO é pessoa de reconhecida competência para o desempenho dessa elevada função, como se depreende do anexo **Curriculum Vitae**.

Brasília, 4 de novembro de 1993. — **Itamar Franco**.

CURRICULUM VITAE

1 — Dados pessoais

Nome: Edson Bastos Sabino

Data de Nascimento: 23 de abril de 1942

Naturalidade: Bom Jesus do Itabapoana — RJ

Filiação: Antônio Marçílio Sabino e Maria Luiza Bastos Sabino

Estado Civil: Casado

Esposa: Marilene Magnavita Sabino

CPF: 085.260.367-34

Carteira de Identidade: M-3.160.442 (SSPMG) emitida em 15-7-82

Endereço: Residencial — Rua Cônsul Robert Levy, 384 — Bairro São Bento — 30350-000 — Belo Horizonte (MG).

Fone: (031) 344-1764 — (031) 296-1475

Comercial: Banco Central do Brasil — Av. Álvaro Cabral, 1605 — 8º andar — 30170-001 — Belo Horizonte (MG) — Fone: (031) 275-4222

2 — Escolaridade

Primário

Escola Santa Terezinha de Bom Jesus do Itabapoana — RJ, no período de 1951/1954.

Ginasial

Colégio Rio Branco de Bom Jesus do Itabapoana — RJ, período de 1955/1958.

Técnico

Curso de Técnico em Contabilidade, concluído na Escola Técnica de Comércio Rio Branco, em Bom Jesus do Itabapoana — RJ, no período de 1959/1961.

Superior

Curso de Ciências Sociais, concluído na Faculdade de Filosofia de Itaperuna — RJ, período de 1969/1972.

Curso de Administração de Empresas, concluindo na Faculdade de Ciências Administrativas da UNA — Belo Horizonte — MG, em 1978.

Curso de Direito na Universidade Federal Fluminense, não concluído.

3 — Cursos realizados

Curso de Mecanização de Contabilidade Bancária, ministrado pela NCR do Brasil, em 1967.

Curso de Caixa Executivo, ministrado pelo Departamento de Seleção e Desenvolvimento do Banco do Brasil S.A., em 1972, no Rio de Janeiro.

Curso de Administração por Objetivos, ministrados pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1975.

Curso de Interpretação da Previdência Social, ministrado no Centro de Treinamento Bancário da Associação dos Bancos do Estado de Minas Gerais, em 1975.

Participação, como professor, do I Curso de Ambientação para Auxiliares de Serviços Administrativos, patrocinado pelo Departamento de Seleção e Treinamento do Banco Central do Brasil, realizado em Belo Horizonte.

Participação no 6º Seminário de Desenvolvimento de Administração e Gerência: Um Modelo Sistêmico, realizado no período de 10 a 12-8-78, na Fundação João Pinheiro, em Belo Horizonte (MG).

Participação no Ciclo de Estudos sobre Segurança e Desenvolvimento, realizado pela Associação dos Diplomados na Escola Superior de Guerra (ADESG), no período de 14-5-79 a 12-10-79, em Belo Horizonte (MG).

Proferiu palestra para os auditores do Banco Central do Brasil, em Belo Horizonte (MG), em 1980, sobre **Open Market**— Sistema Especial sobre Liquidação e Custódia de LTN".

Participação no 1º Seminário Nacional de Crédito Rural, realizado no período de 23 a 24-5-85, na Associação de Bancos no Estado do Rio de Janeiro — Centro de Treinamento Bancário.

Participação do Simpósio sobre "O Crédito Rural e a Nova República" promovido pela Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados, Comissão de Agricultura do Senado Federal, Banco do Brasil e Ministério da Agricultura, no período de 19 a 22-8-85.

Participação no Curso Op. Política de Preços Mínimos, realizado no ICB, no período de 7 a 11-3-83.

Participação no Curso de Informática para Gerentes, realizado na DEBHO, no período de 18 a 29-11-85.

Participação, como prelecionista, na VI Semana de Ciências Agrárias de Lavras, no Curso de Política Agrícola, com o tema "Crédito Rural", realizado na Escola Superior de Agricultura de Lavras, no período de 14 a 19-4-86.

Participação no Curso de Informática para Gerentes II, realizado na DEBHO, no período de 14 a 19-4-87.

Participação no Curso sobre o Poder nas Organizações, em 1º-8-89, realizado na Cia. Cedro de Cachoeira (BH).

Participação no Seminário Internacional "O Brasil no Fluxo de Investimentos Estrangeiros" promovido pela Associação Comercial de Minas, Fundação Dom Cabral e Nações Unidas, em 16-6-93, em Belo Horizonte (MG).

4 — Funções e cargos exercidos

Serventuário da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no Cartório do 2º Ofício, em Bom Jesus do Itabapoana — RJ, em 1961/1963.

Exerceu o magistério do Colégio Rio Branco, na Área de Contabilidade Bancária, em Bom Jesus do Itabapoana — RJ, no período de 1966/1971.

Banco do Brasil S. A.

Funcionário do Banco do Brasil S. A., admitido por concurso público para escriturário, empossado em 30-12-63.

Exerceu vários cargos de função comissionada em setores de operações de crédito geral e industrial e de depósitos.

Banco Central do Brasil

Colocado à disposição do Banco Central do Brasil, em Belo Horizonte (MG), tendo assumido em 21-10-74.

Comissionado na função Auxiliar de Gabinete de Delegado Regional, em Belo Horizonte (MG), de 21-11-74 a 30-8-76.

Comissionado Assistente FCI-1, no Gabinete do Departamento Regional de

Belo Horizonte (MG), de ago/76 a abr/78.

Comissionado Coordenador FCE-4, de 20-4-78, a out/78, no Gabinete do Departamento Regional de Belo Horizonte (MG).

Aprovado em concurso para o Nível Intermediário, realizado em 17-9-78;

Coordenador do Núcleo da Dívida Pública em Belo Horizonte (MG), de out/78 a abr/81.

Coordenador do Serviço de Administração de Recursos Materiais na Divisão de Administração, de abr/81 a jun/82.

Coordenador do Serviço de Refinanciamentos e Repasses da Divisão de Crédito Rural, Industrial e Programas Especiais, de jun/82 a jun/83.

Chefe da Divisão de Crédito Rural e Industrial do Departamento Regional de Belo Horizonte, designado em 28-6-83.

Chefe da Divisão de Fiscalização do Departamento Regional de Belo Horizonte, designado em 30-4-87.

Delegado Adjunto da Delegacia Regional em Belo Horizonte, designado em 18-11-87.

Delegado Regional da Delegacia Regional em Belo Horizonte, designado em 5-11-90.

Declaro verdadeiras as informações acima. — **Edson Bastos Sabino.**

(*A Comissão de Assuntos Econômicos*)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 1.107, DE 1993

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 13, § 1º do Regimento Interno, que sejam considerados como de licença autorizada os dias 4, 8, 11, 13, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28 e 29 do mês de outubro do ano em curso, em vista de estar tratando de assuntos partidários no meu Estado.

Nestes Termos,

P. Deferimento.

Sala das Sessões, 4 de novembro de 1993. — Senador **Lourenberg Nunes Rocha.**

REQUERIMENTO Nº 1.108, DE 1993

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 13, do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerada como licença, minha

ausência dos trabalhos desta Casa, no dia 8 do corrente mês, quando estarei participando de "Reunião do Fórum Catarinense e Colegiado do Governo de Santa Catarina, em Florianópolis.

Sala das Sessões, 8 de novembro de 1993. — Senador **Esperidião Amim.**

REQUERIMENTO Nº 1.109, DE 1993

Requeiro a V. Exª seja considerada como licença autorizada, minha ausência dos trabalhos da Casa, para breve viagem à Argentina, no período de 5 a 9 de novembro do corrente ano.

Brasília, 5 de novembro de 1993. — Senador **João Rocha.**

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A votação dos requerimentos ficam adiadas por falta de quorum.

A Presidência recebeu, do Governo do Estado de São Paulo e do Banco Central do Brasil, o Ofício nº S/140, de 1993 (nº 151 e 2.673/93, nas origens), solicitando, nos termos da Resolução nº 36/92, de 1992, do Senado Federal, autorização para que o Estado de São Paulo possa emitir e colocar no mercado Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo — LFTP, cujos recursos serão destinados à liquidação do quinto oitavo de precatórios judiciais pendentes, de responsabilidade daquele Estado, bem como de complementos relativos a parcelas emitidas anteriormente.

A matéria será despachada à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE: Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, participei, no dia 28 de outubro do corrente ano, em Nova Iorque, da 24ª Reunião Anual da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, quando foram distinguidos com o título de Personalidade do Ano, 1993, o Sr. Erling S. Lorentzen, Presidente do Conselho de Administração da Aracruz Celulose S.A., pelo lado brasileiro, e o Sr. Philip H. Geier Jr., Presidente da Interpublic, grupo empresarial americano do ramo de publicidade.

A Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, da qual sou membro honorário, fundada em 1969, vem promovendo, desde 1970, um importante intercâmbio entre o empresariado brasileiro e o empresariado daquele país, realizando, a cada ano, uma grande reunião de lideranças que se conclui num concorrido jantar de conagração, quando é concedido o título de Personalidade do Ano a duas pessoas escolhidas pela referida Câmara, anualmente, um brasileiro e um americano, como exemplos de sucesso empreendedor e de valiosa contribuição para o desenvolvimento econômico e das relações entre os dois países.

Há longos anos, Sr. Presidente, venho participando dessas reuniões e acompanhando as atividades desse órgão, que tem prestado inestimável contribuição ao nosso desenvolvimento, estimulando parcerias, investimentos, absorção de novas tecnologias, ampliando o comércio para nossos produtos, abrindo caminhos para novos mercados e aprimorando as relações comerciais e o intercâmbio cultural entre o Brasil e os Estados Unidos.

Neste concorrido jantar, no dia 28 de outubro, em Nova Iorque, do qual participaram mais de oitocentas pessoas, que

lotaram o salão principal e os mezaninos do Hotel Plaza, encontrei o Deputado Delfim Netto, o ex-Ministro Hélio Beltrão e Roberto Civita, que, em anos anteriores, já foram agraciados com os títulos de personalidade do ano; e também os Srs. Lino Otto Bohn, José Roberto de Azevedo e Vicente J. Bonnard, que já exerceram a Presidência da referida Câmara, hoje presidida pelo Sr. Tony Sayegh.

Essa última reunião teve a presença do Embaixador Marco César Maia Naslaluski, Cônsul Geral do Brasil em Nova Iorque, onde fui gentilmente recebido pelo meu conterrâneo, filho do ilustre Professor Thales de Azevedo, o Dr. José Roberto de Azevedo, que sempre tem distinguido com sua atenção e experiência aos brasileiros que visitam a Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos.

Nessa ocasião, encontrei também o ex-Governador de São Paulo, José Maria Marim, e o famoso colunista Ibrahim Sued, a quem convidei a integrar nossa campanha contra o tabagismo, visando convencer oito senhoras elegantíssimas, convidadas da reunião, que fumavam intensamente no salão VIP do Aeroporto de Nova Iorque, a fazer uma trégua ao vício enquanto estávamos naquele recinto, ao que ele lamentou dizendo que também era fumante.

Durante a solenidade foi sentida e justificada a ausência do Senador Humberto Lucena, Presidente do Senado, que constava da lista dos convidados especiais pela Câmara de Comércio.

Antes da minha viagem usei a tribuna do Senado para anunciar essa reunião da qual participei e traçar um breve perfil do novo agraciado de 1993, o Sr. Erling S. Lorentzen, imigrante norueguês, empresário de sucesso, residindo há quarenta anos no Brasil, desde quando vem contribuindo, com sua iniciativa, seu entusiasmo e seu trabalho para o nosso desenvolvimento industrial. Um personagem que honra a extraordinária contribuição que o Brasil tem recebido dos imigrantes, que para aqui trouxeram a sua vontade de progredir, o seu empenho, os seus sonhos e as suas esperanças, para se somar aos nossos ideais de progresso, no grande esforço de todos os brasileiros.

No discurso que proferiu, durante a solenidade, lembrou a participação de outro norueguês, que também veio ao Brasil ainda rapaz e que adotou, também como seu, o nosso País, o Sr. Berent Friele, um dos fundadores e presidente honorário da Câmara de Comércio até 1985. Com a sua formação de Administrador de Empresas, versado em economia mundial e relações internacionais, fez uma análise crítica da situação econômica, política e social do nosso País, a crise que o mundo vem enfrentando desde a grande depressão de 1930 e ressaltou os aspectos positivos das nossas potencialidades em superar dificuldades, citando, por exemplo, que a economia brasileira deve crescer mais de 5% este ano; a agricultura deve atingir uma safra recorde de aproximadamente 80 milhões de toneladas; o superávit comercial já atingiu 9,5 bilhões de

dólares, e prevê-se que atinja 15 bilhões de dólares até o final do ano, sendo o terceiro maior depois do Japão e da Alemanha; a produtividade cresce e os negócios se processam com bastante aquiescência, abrindo a perspectiva de um forte crescimento futuro.

Ainda afirmou que "o nosso desempenho nos esportes está cada vez melhor. O Brasil é o campeão mundial de vôlei, e o Brasil vai conquistar a Copa do Mundo nos Estados Unidos no ano que vem, se conseguir derrubar a Noruega", conforme ressaltou, finalizando que é impossível fazer coisas grandiosas sem entusiasmo.

Para mim foi muito proveitoso participar da 24ª Reunião Anual da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, como representante do Senado, tendo assento à mesa principal das autoridades, quando pude observar, a despeito do triste noticiário da imprensa estrangeira sobre os fatos lastimáveis que estão sendo investigados aqui no Congresso, que existe no meio empresarial espírito de desafio às dificuldades, entusiasmo e muita confiança em superarmos todos os obstáculos e darmos sentido e consequência às imensas potencialidades do nosso país, onde somente o progresso e o desenvolvimento econômico podem erradicar a miséria e a violência, permitindo melhores níveis de bem-estar à população.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, quero ressaltar a grande contribuição que Paolo Lavageto, José Roberto Azevedo, Celso V. Barfson, Lino Otto Bohn e Sérgio Pereira têm prestado no plano da organização dessas reuniões anuais, sob o comando de Vicente Bonnard, um dos principais fundadores da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, seu Presidente no período de 80 a 81 e atualmente Presidente Emérito, vem demonstrando admirável competência e habilidade em promover a aproximação e conagração entre líderes empresariais brasileiros e americanos, visando o aprimoramento de nossas relações de intercâmbio comercial, tecnológico e cultural.

Vicente Bonnard, há muitos anos residente em Nova Iorque, desde o período da 2ª Guerra Mundial, quando fez curso de pilotagem e foi o chefe do escritório da comissão aeronáutica, é possuidor de uma admirável lista de condecorações como reconhecimento de trabalho que realiza em benefício do nosso País.

Finalizando, Sr. Presidente, peço a transcrição, com meu pronunciamento, do folheto explicativo da citada reunião e do texto, em português, do discurso proferido pelo Sr. Erling S. Lorentzen na ocasião. Ele é o 24º brasileiro a receber o título de Personalidade do Ano pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU PRONUNCIAMENTO:



*Twenty-Fourth Annual Person of the Year Award Dinner
Brazilian-American Chamber of Commerce, Inc.*

honoring

Erling S. Lorentzen

Chairman

Aracruz Celulose S.A.

and

Philip H. Geier, Jr.

Chairman and Chief Executive Officer

The Interpublic Group of Companies, Inc.

Thursday, the twenty-eight of October

nineteen hundred and ninety three

The Plaza

Grand Ballroom

New York City



BRAZILIAN-AMERICAN CHAMBER OF COMMERCE, INC.

ERLING S. LORENTZEN

Chairman
Aracruz Celulose S.A.

WITH THE AWARD "PERSON OF THE YEAR" FOR
DISTINGUISHED SERVICE TO THE ADVANCEMENT OF
RELATIONS BETWEEN THE BUSINESS COMMUNITIES
OF BRAZIL AND THE UNITED STATES.

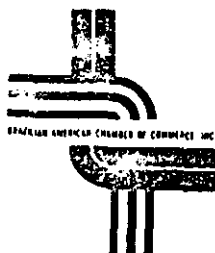
THE OFFICERS AND BOARD OF DIRECTORS

October 28, 1993

PRESIDENT
Tony E. Sayegh

AWARDS COMMITTEE
Chairman — Vicente J. Bonnard
J. Roberto Azevedo
Celso V. Barison
Lino Otto Bohn
Sérgio C. Pereira

Text engraved on plaque to be presented to the 1993 Award Recipient.



BRAZILIAN-AMERICAN CHAMBER OF COMMERCE, INC.

presents

PHILIP H. GEIER, Jr.

Chairman and Chief Executive Officer
The Interpublic Group of Companies, Inc.

WITH THE AWARD "PERSON OF THE YEAR" FOR
DISTINGUISHED SERVICE TO THE ADVANCEMENT OF
RELATIONS BETWEEN THE BUSINESS COMMUNITIES
OF BRAZIL AND THE UNITED STATES.

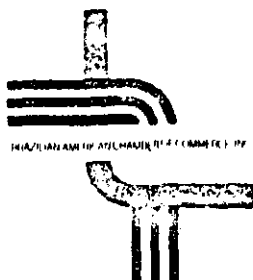
THE OFFICERS AND BOARD OF DIRECTORS

October 28, 1993

PRESIDENT
Tony E. Sayegh

AWARDS COMMITTEE
Chairman — Vicente J. Bonnard
J. Roberto Azevedo
Celso V. Barison
Lino Otto Bohn
Sérgio C. Porcira

Text engraved on plaque to be presented to the 1993 Award Recipient.



PERSON OF THE YEAR



PERSONALIDADE DO ANO

THE BRAZILIAN-AMERICAN CHAMBER OF COMMERCE, INC.

*Senhor Embaixador, Cônsul Geral do Brasil em Nova York,
Marco César Maia Naslauski
Senhor Presidente da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, Tony Sayegh,
Senhoras e Senhores,
Amigos,*

Em primeiro lugar, desejo expressar meus sinceros agradecimentos ao Presidente da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, Sr. Tony Sayegh, e ao Conselho Diretor da Câmara e ao Comitê Organizador, presidido pelo Sr. Vicente Bonnard, pela honra de ser agraciado como a Personalidade do Ano de 1993, juntamente com o Sr. Philip H. Geier Jr.

Sinto-me também particularmente grato pelas palavras de Tom Lovejoy, do Smithsonian Institution, um grande amigo do Brasil e digno representante dos Estados Unidos.

Tendo aceitado esta honra e aqui diante de todos os senhores, há uma pessoa que muito me vem à lembrança e cuja presença me traria imensa satisfação. A pessoa a quem me refiro é o falecido Berent Friele, um dos fundadores e Presidente Honorário desta Câmara de 1970 até a sua morte em 1985.

A ajuda e orientação de Berent me foram inestimáveis desde o início do meu trabalho no Brasil, e percebo que ele representou para mim um precursor em diversos aspectos. Ele também veio ainda rapaz da Noruega para o Brasil e o adotou como seu próprio país. Mais tarde tornou-se o infatigável embaixador não-oficial por excelência entre os Estados Unidos e o Brasil.

É para mim motivo de grande alegria a presença nesta festa da filha de Berent, Anita, e de seu marido, Alberto Kowarick.

Também me sinto particularmente grato por esta oportunidade de discursar neste distinto fórum brasileiro-americano e expressar meu reconhecimento pelo que ambos os países têm representado para mim pessoalmente.

Primeiro os Estados Unidos, onde me graduei em administração de empresas logo após a Segunda Guerra Mundial. Tenho inúmeros amigos aqui e grande admiração pela liberdade, espírito empreendedor e respeito pela lei e a propriedade que são marcas registradas dos Estados Unidos.

E depois o Brasil, onde já vivo há 40 anos, e onde — juntamente com amigos e colaboradores — tive a oportunidade de criar empresas bem-sucedidas como a Aracruz, alguns outros empreendimentos industriais e no setor de navegação, gerando milhares de empregos sólidos e desenvolvimento econômico e social.

Com essa experiência prévia e amor por esses dois gigantes países e seu povo, esta é assim para mim uma oportunidade especial de oferecer a minha modesta contribuição no sentido de aproximar ainda mais as duas nações.

O Brasil e os Estados Unidos têm tanto em comum no tamanho, na origem do seu povo e na cultura que as boas relações, o entendimento e a cooperação são não apenas naturais, mas extremamente benéficos para ambos.

O mundo vive hoje uma série de conflitos que resultam em violência e miséria. Parece-me que as Nações Unidas estão envolvidas em 16 missões de paz diferentes. Isto é motivo bastante para que países como o Brasil e os Estados Unidos e também cada um de nós como indivíduos nos empenhemos vigorosamente para eliminar questões relevantes como barreiras comerciais e restrições ao comércio, solucionar questões de direitos de propriedade e acusações de *dumping*, a fim de restabelecer um relacionamento criativo que propicie investimentos produtivos.

Esses problemas menores devem ser resolvidos a partir de *concessões mútuas* para que as relações entre os países sejam alçadas a níveis criativos e construtivos.

Vejo-me simplesmente como um *internacionalista* desejoso de ações e soluções. Para mim não importa onde nascemos, nossa cor, raça, sexo ou nível social. O que importa é aquilo que defendemos, o objeto da nossa atenção e a direção que imprimimos à nossa capacidade criativa.

Meu internacionalismo não diminui, porém, a tremenda satisfação e honra que é para mim representar a grande nação brasileira — como estou fazendo aqui neste exato momento e como tive a oportunidade de fazer em inúmeras ocasiões em discursos e como membro de diversos conselhos consultivos internacionais. Não posso esquecer de mencionar também que já representei o Brasil no esporte — iatismo — com razoável sucesso, graças a excelentes tripulações brasileiras. Passemos agora à situação no Brasil.

O Brasil está enfrentando uma séria crise: problemas políticos, inflação, miséria e violência.

Todos sabemos disso. Todos sentimos isso no nosso dia-a-dia. A mídia tanto no Brasil como no exterior está repleta de notícias assustadoras.

Sim — mas o que nem sempre é reconhecido, particularmente pelos mais jovens, é que não somente o Brasil, mas o mundo inteiro, está passando por uma crise inédita desde a depressão do início da década de 30.

A *violência* — resultante principalmente das drogas e da miséria — não faz parte do temperamento brasileiro.

A *miséria*, por sua vez, é em grande parte resultado da explosão demográfica e da falta de desenvolvimento econômico.

E o *desenvolvimento econômico* depende dos senhores e de mim mesmo como líderes empresariais, e de estabilidade política, assim como de uma clara definição das metas nacionais e de uma firme liderança.

Apesar de tudo isso, as coisas não estão de todo negras.

A economia brasileira deve crescer mais de 5% este ano.

A indústria automobilística deve produzir 1 milhão e duzentos mil carros — um incremento de cerca de 40% sobre o ano passado.

A agricultura deve atingir uma safra recorde de aproximadamente 80 milhões de toneladas.

O consumo de energia elétrica aumentou 7% durante os primeiros meses deste ano.

O superávit comercial já atingiu 9,5 bilhões de dólares, e prevê-se que atinja 15 bilhões de dólares até o final do ano, sendo o terceiro maior depois do Japão e da Alemanha.

As privatizações estão avançando e devem ganhar ímpeto.

A produtividade cresce e os negócios se processam com bastante solvência, abrindo a perspectiva de um forte crescimento futuro.

A expectativa geral é, também, que esses aspectos potencialmente positivos sejam fortalecidos por uma revisão constitucional realística pelo Congresso brasileiro e pelas muitas ações governamentais necessárias para reduzir drasticamente a inflação.

Nosso desempenho nos esportes está cada vez melhor. O Brasil é o campeão mundial de vôlei; o Brasil vai conquistar a Copa do Mundo aqui nos Estados Unidos no ano que vem — se conseguir derrotar a Noruega, é claro — e Ayrton Senna vai vencer de novo a Fórmula 1!

Em outras palavras, há aspectos positivos. Luz no fim do túnel. Razões para sermos moderadamente otimistas, na convicção de que, se todos nós contribuirmos com a modesta parte que nos toca, as coisas vão melhorar.

A força potencial da indústria e da agricultura podem fazer o Brasil retomar o crescimento, promovendo desenvolvimento efetivo e assim reduzindo a miséria e, por sua vez, a violência.

Desenvolvimento, sim. Mas que modelo de desenvolvimento?

O *desenvolvimento sustentável* tornou-se uma palavra-chave em meio ambiente. O chamado relatório Brundtland das Nações Unidas, de 1987, definiu claramente que a miséria é basicamente um problema do meio ambiente mundial que só pode ser solucionado pelo desenvolvimento. Desenvolvimento, porém, que tem de ser sustentável.

Desenvolvimento sustentável significa a capacidade de promover o desenvolvimento assegurando que ele atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras preencherem suas próprias necessidades.

A Conferência do Rio, no ano passado, representou um passo valioso na direção certa, inclusive pelos amplos preparativos que tiveram lugar em todo o mundo nos anos precedentes ao encontro. A *Agenda 21* talvez tenha sido o resultado mais importante da Conferência, constituindo um minucioso programa de ação para iniciar o período de transição para o desenvolvimento sustentável, e refletindo o consenso global e compromisso político no mais alto nível. Estamos agora na fase de implementação, que também envolve equívocos e dificuldades.

Na crise econômica mundial os países tendem a se concentrar nos seus próprios problemas. Os países asiáticos estão propensos à formação de blocos econômicos; o NAFTA pode trazer limitações — esperamos que temporárias — às relações políticas e comerciais entre o Brasil e os Estados Unidos. E o Mercado Comum Europeu pode resultar em restrições ao comércio e assim limitar o desenvolvimento.

Preocupa-nos seriamente que as políticas ambientais em debate, particularmente na Europa, resultem em barreiras comerciais involuntárias contra produtos florestais — barreiras estas que podem afetar igualmente os Estados Unidos.

As questões ambientais tornaram-se assim uma parte importante da vida diária não só dos líderes empresariais como do público em geral.

Embora devamos ser gratos aos assim chamados *Verdes* por nos conscientizarem sobre os perigos ambientais com os quais nos defrontamos, a presente crise econômica mundial nos mostra que também devemos ter a cautela de não dispendermos recursos de forma excessiva e irrealista em investimentos e despesas ambientais desprovidos de base científica. Investimentos supérfluos prejudicarão seriamente a recuperação geral do desenvolvimento econômico e a conseqüente eliminação da miséria. O investimento de capital é limitado e tem de ser usado com eficiência — eco-eficiência — a fim de assegurar o máximo desenvolvimento para reduzir a miséria. Isto é válido para o Brasil. Também é válido para os Estados Unidos. É válido em todo o mundo.

Ambientalistas e líderes empresariais têm de caminhar juntos; aprender mais uns com os outros; cooperar, enfim, para que se criem caminhos comuns para o nosso futuro comum!

Nós na Aracruz sempre estivemos ativamente envolvidos neste processo.

Em primeiro lugar, estamos conscientes de que desde o primeiro momento a Aracruz desempenhou um importante papel numa área devastada, promovendo progresso social e econômico e desenvolvendo uma região onde a destruição das florestas e a excessiva exploração agrícola haviam levado à depressão e estagnação. Muito antes de ser cunhada a expressão *desenvolvimento sustentável*, a Aracruz já punha em prática esta filosofia, assumindo plenamente sua responsabilidade social e provendo infra-estrutura onde fosse drasticamente necessária. E este continua a ser o nosso caminho.

A Aracruz está determinada a permanecer um exemplo de progresso social e econômico em bases realistas e responsáveis, não apenas nas áreas onde atuamos mas, esperamos, também em muitas outras.

Senhoras e Senhores.

Suspeito que todos perceberão que, ao relembrar os meus — até aqui — 40 anos de desafios no Brasil, o faço com profunda gratidão e satisfação.

Ao mesmo tempo, todos reconhecemos que a Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos desempenha — e tem desempenhado desde a sua criação em 1970 — um papel da maior importância e valor em promover contínuos aprimoramentos nas relações entre os dois países.

É portanto com profundo respeito que — em nome dos meus parceiros na Aracruz e no meu próprio — quero expressar meus sinceros agradecimentos ao Presidente e aos Diretores desta Câmara pela grande honra que nos é concedida hoje. Uma honra que fortalece bastante o nosso entusiasmo e a nossa determinação de responder a novos e futuros desafios.

E lembremo-nos das palavras do filósofo Emerson:

“É impossível fazer coisas grandiosas sem entusiasmo.”

Por isso, é com o máximo entusiasmo que agradeço a todos os presentes.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A Mesa defere o requerimento de V. Exª na forma regimental.

Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Senadores, já é por demais conhecida entre nós aquela variedade de leis não prevista em nenhum manual do Direito, mas de existência efetiva entre nós: trata-se das leis que “não pegam”. Se formos analisar o nosso ordenamento jurídico, vamos encontrá-las aos montes. Se nos detivermos, ainda, no exame das circunstâncias que cercaram sua elaboração, iremos constatar que normalmente receberam a inspiração de princípios humanitários e de cunho social. Sua execução, no entanto, sofre influência de outro jaez, advindas daqueles que têm a sua vida orientada pelo desejo do lucro. A existência desses princípios divergentes ou mesmo a sua incompatibilidade faz com que o dispositivo legal seja relegado ao esquecimento, às vezes propositalmente, outras, inadvertidamente.

Quero hoje, Sr. Presidente, Srª e Srs. Senadores, chamar-lhes a atenção para um princípio constitucional que não pegou, apesar de há 47 anos estar expressamente determinado em todas as Constituições que vigoram a partir de 1946. Trata-se da participação dos empregados no lucro das empresas. Não só as nossas Constituições contemplam essa prática, como a própria Igreja, através das encíclicas papais, a defende e a incentiva como uma prática saudável e condizente com a condição humana do homem trabalhador. Os estudiosos da administração já viram, nessa iniciativa, a nova tendência do relacionamento capital/trabalho nesse final de século.

O Sr. Marco Maciel — Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador Valmir Campelo?

O SR. VALMIR CAMPELO — Ouço V. Exª, como muito prazer, nobre Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel — Senador Valmir Campelo, interrompo, por breves instantes, o discurso de V. Exª para duas observações: em primeiro lugar, para expressar os meus cumprimentos pelo tema que V. Exª aborda hoje à tarde. É, sem lugar à dúvida, um dos temas mais importantes, a respeito do qual precisamos lançar nossas luzes, sobretudo porque, como lembra acertadamente V. Exª, esse é um preceito constitucional já inscrito na Carta Liberal de 1946 e até hoje ainda não devidamente regulamentado. A propósito, devo também dizer que ofereci à consideração do Senado, juntamente com projetos semelhantes dos Senadores Edison Lobão e Fernando Henrique Cardoso, proposta no sentido de regulamentar esse dispositivo constitucional, novamente inserido na Carta de 1988. A proposição foi aprovada pelo Senado Federal, inclusive com o concurso de V. Exª, nesta Legislatura, e hoje se encontra na Câmara dos Deputados; daí por que eu gostaria de aproveitar o discurso de V. Exª para fazer um apelo à Câmara: que diligencie no sentido da rápida aprovação desse diploma legal, que vai ajudar a dar eficácia plena à nossa Constituição e contribuir, como disse V. Exª, para humanizar o chamado capitalismo selvagem, ou seja, melhorar as relações capital-trabalho. Em segundo lugar, quero dizer a V. Exª que, ao lado desta questão relativa à participação nos lucros ou modernamente se chama, também me preocupo com a participação nas gestões. A democracia, neste final de milênio, deixou de ser apenas a democracia da representação para ser também a democracia da participação. Ou seja, é fundamental que, ao lado dos mecanismos representativos, busquemos cultivar outros que ensejem uma maior participação de todos

na gestão não somente da **res publica**, da coisa pública, mas também na gestão das próprias empresas privadas. E, diria até, que esses mecanismos de participação em gestão já estão sendo exercitados em vários países do mundo, sobretudo no Primeiro Mundo. A Alemanha admitiu, no pós-guerra, co-gestão, ou seja, gestão paritária de empresas por detentores do capital, dos empregadores com os empregados. Não iria a esse ponto, mas creio que seria muito bom, quando nada, se conseguíssemos dar uma participação na gestão, ainda que largamente minoritária, para que houvesse maior solidariedade na própria administração da empresa. Hoje, há estudos de modernos doutrinadores que afirmam que quando se fala em participação não se deve restringi-la apenas aos índices públicos, mas prolongá-la também às instituições privadas. Por isso, entendo que se deveria cogitar de participação nas gestões no Brasil, o que até ajudaria a criar uma nova mentalidade por parte do trabalhador, pois ele iria ficar mais preocupado com os destinos da empresa. Usando uma expressão muito em voga, ele poderia vivenciar melhor os rumos da empresa, contribuir e ajudar a empresa a sair de eventuais dificuldades, sobretudo de crise econômica. Concorro integralmente com as colocações que V. Exª está produzindo em seu discurso e aproveito a oportunidade para fazer um apelo — que sei também que é de V. Exª: que a Câmara dos Deputados diligencie a aprovação, tão logo possa, desse projeto de participação nos lucros. Se não estou equivocado, o Relator da matéria para a Comissão onde o projeto foi distribuído, na Câmara dos Deputados, é o Deputado Manoel Castro, do meu Partido e da representação baiana. Daremos um passo muito importante no momento que a Câmara dos Deputados colocar o projeto na Ordem do Dia, e esse outro, de minha autoria, que admite a participação na gestão e que se encontra no Congresso Nacional, também for aprovado. Seriam passos muito significativos para que possamos melhorar as relações capital-trabalho no Brasil e ajudar que se construa uma verdadeira democracia, que se apoie na eliminação das desigualdades, na busca de um desenvolvimento social mais justo.

O SR. VALMIR CAMPELO — Nobre Senador Marco Maciel, fico muito feliz com as colocações de V. Exª, não só pela grandeza que V. Exª tem como político, mas também como um homem de formação religiosa. V. Exª, realmente, sensibilizado com essa desigualdade de classes, principalmente a mais sofrida, que é a classe trabalhadora, em boa hora apresentou, e foi aprovado aqui no Senado Federal, esse projeto que, atualmente, se encontra na Câmara dos Deputados, cujo Relator, se não me engano, é o Deputado Carlos Alberto Campista. Vou fazer uma referência logo mais na continuidade do meu pronunciamento. Mas fico muito feliz com a intervenção de V. Exª. E declaro: tudo farei para que a Câmara dos Deputados se sensibilize, o quanto antes, porque realmente é um projeto da mais alta envergadura, do mais alto alcance social.

O Sr. Marco Maciel — Se V. Exª me permite, eu gostaria de dizer que recentemente saiu um livro de Robert Dahl, que se aplica muito bem à realidade brasileira. Ele defende que o exercício desse tipo de legislação vai fazer com que consigamos implantar no mundo uma verdadeira sociedade democrática. Ele, inclusive suspeito porque durante muito tempo foi tomado como um sociólogo e economista de posições mais à direita, defende que não teremos no mundo uma verdadeira democracia enquanto não se assegurar a todos plena participação. Insiste também ele no fato de que participação não deve ser só na gestão dos negócios públicos, mas

também noutros ramos da vida social, inclusive nas empresas. Esse projeto vai possibilitar construir-se uma sociedade marcada por um desenvolvimento harmônico nas relações capital/trabalho.

O SR. VALMIR CAMPELO — Muito obrigado, nobre Senador.

Sr. Presidente, eu diria que, se a nossa Constituição determina essa prática, alguém poderá indagar por que não foi ela tornada realidade? Não o foi, Srs. Senadores, por não ser esse um dispositivo auto-aplicável e, conseqüentemente, depender de regulamentação. Estejam, entretanto, cientes de que não foi por falta de iniciativa de Deputados e Senadores que esse dispositivo não entrou ainda em vigor. Somente após a promulgação da Constituição atual, foram 37 os projetos apresentados com esta finalidade no Senado e na Câmara, inclusive este, de autoria do nobre Senador Marco Maciel, que S. Ex^a acaba de mencionar.

Atualmente, a palavra nessa matéria está com a Câmara dos Deputados, de vez que o projeto de lei de regulamentação desse dispositivo, aprovado aqui no Senado, de autoria do nobre Senador Marco Maciel, encontra-se em tramitação naquela Casa desde o ano passado. De acordo com o Relator do projeto, Deputado Carlos Alberto Campista, ele deverá ser votado em breve.

Em que consiste, efetivamente a participação de empregados nos lucros das empresas?

Existem várias fórmulas para que isso se dê. Pode-se convencionar que uma porcentagem dos lucros seja distribuída de forma indiscriminada entre os empregados ou que a parte a ser rateada o seja proporcionalmente ao salário de cada um. A mais adequada e sensata, a meu ver, é aquela que é fundamentada no estabelecimento de metas e objetivos a serem alcançados. Tudo que ultrapassar esses limites será dividido, metade para a empresa, metade para os empregados.

Essa prática tem o grande condão de transformar os empregados em sócios da empresa, em fazê-los participantes do seu sucesso. As vantagens que proporcionam são grandes para ambas as partes. Do lado dos empregados, conhecem mais a empresa, comprometem-se com os seus objetivos, trabalham com mais dedicação e maior motivação e, ao final, vêem essa motivação transformada num dinheiro extra que proporciona melhores condições de vida para si e para a sua família. Do lado da empresa, verifica-se um substancial aumento da produtividade, melhoria da qualidade, as greves praticamente inexistem; tudo isso colabora para a manutenção de uma imagem positiva da empresa junto a clientes e fornecedores, além de proporcionar-lhe um reforço de caixa não previsto.

No campo econômico, a participação de empregados nos lucros serve como instrumento eficaz de distribuição mais equitativa de rendas, sem, contudo, provocar pressões inflacionárias, como ocorre com as tentativas de melhoria de renda através dos aumentos salariais, já que, esses, ao contrário, não são instrumentos capazes de incentivar a produtividade, além da sua concessão implicar redução direta da rentabilidade da empresa.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a participação de empregados nos lucros das empresas é vista hoje como um grande e importante fator de redenção econômica e social para todo o País. A sua implantação, entretanto, não é tão fácil e nem tão óbvia quanto se possa parecer. É ela um passo avante no processo de administração por resultados, em que todos os setores da empresa se engajam e passam a lutar juntos para alcançar metas e objetivos pactua-

dos por todos. Nesse processo, algumas posturas devem ser modificadas, tanto no que concerne às chefias quanto ao que diz respeito aos setores operacionais, de vez que toda a vida da empresa passa a ser compartilhada por todos. Em razão disso, a ênfase maior é dada à informação: ela deixa de ser fonte de poder para aqueles poucos que a detêm hoje para se transformar em algo comum a todo o grupo.

O Sr. Jonas Pinheiro — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. VALMIR CAMPELO — Concedo o aparte a V. Ex^a, com o maior prazer.

O Sr. Jonas Pinheiro — Não ouvi o inteiro teor do discurso que, nesta tarde, V. Ex^a profere para o conhecimento da Casa. Entretanto, em aqui chegando, pelo que consegui perceber do seu pronunciamento, V. Ex^a está fazendo uma espécie de conclamação, de exaltação da participação do trabalhador na empresa — participação no trabalho e no lucro —, da co-gestão, por assim dizer. Se bem entendi do pequeno trecho que ouvi, deduzi e inferi que era essa a tônica do discurso de V. Ex^a. Em assim sendo, se estou correto na minha avaliação, congratulo-me com V. Ex^a por trazer ao debate esse tema que, de resto, significa o que há de mais moderno. Trata-se da modernização inspiradora da administração da empresa privada. Espero que assim se proceda, e também estímulo a todos na mesma direção, que administrem suas empresas com a participação dos seus auxiliares, porque hoje devemos analisar que esse conceito de empregado, de servidor subserviente, daquele que está ali apenas pela questão salarial, deve ser substituído por um conceito mais moderno, onde cada trabalhador seja conscientizado do valor do seu trabalho à empresa. Além disso, é necessário que o empregador também saiba o valor que aquele trabalho tem para sua empresa. Não podemos mais ficar meramente na troca de trabalho por salário. É preciso que avancemos, no sentido de modernizarmos esse conceito de gerenciamento, colocando-nos, assim, no primeiro mundo. Os países de primeiro mundo, entre os quais o Japão e os Tigres Asiáticos, chegaram a esse patamar de desenvolvimento por conta do conceito de valorização do seu auxiliar, do seu trabalhador, daquele que está lá trabalhando não só para ganhar o salário, mas para fazer crescer a empresa; crescendo a empresa, cresce também o trabalhador, a família e a sociedade. Nobre Senador Valmir Campelo, fico feliz e congratulo-me com V. Ex^a por trazer à Casa esse conceito moderno que deve prevalecer na administração moderna e na empresa privada, sobretudo. Que essa idéia se estenda, também, ao servidor público, na medida em que este tome consciência de que seu trabalho é muito importante para o crescimento e o desenvolvimento do País, uma vez que são eles os agentes que defendem a sociedade. Desse modo, Senador Valmir Campelo, solidarizo-me com V. Ex^a, pois deixa uma mensagem que deverá servir de profunda reflexão.

O SR. VALMIR CAMPELO — Nobre Senador Jonas Pinheiro, louvo a aguçada sensibilidade de V. Ex^a, principalmente pelos problemas sociais — e me surpreenderia se não fosse dessa maneira — pois é um homem sofrido, que trabalhou principalmente na área social, na área do SESI, SENAC, e sabe perfeitamente o drama do trabalhador que recebe o salário mínimo. Então, a participação do trabalhador no lucro da empresa não somente serve como um estímulo para fazer aumentar um pouco mais o seu salário, como faz a verdadeira justiça social. Fico, pois, muito grato com as palavras de V. Ex^a.

Continuando, Sr. Presidente, eu diria que outra alteração sensível que se dá é que, ao invés de se valorizar o trabalho e o desempenho individuais, passa-se a valorizar o grupo como um todo. O trabalho em equipe é que é importante; o desempenho do grupo é que conta.

Apesar de ser um fato relativamente novo na relação capital/trabalho no Brasil, já podemos contabilizar aqui alguns exemplos bem sucedidos da sua adoção. Nas empresas recém-privatizadas, notadamente USIMINAS, CSN, a participação de empregados no seu capital — o que também é uma forma de participar nos lucros — revelou-se um sucesso total, a ponto de aquelas mesmas pessoas que antes protestavam contra a venda dessas empresas serem hoje entusiastas da privatização: tanto mudou para melhor a vida desses empregados, quanto cresceu o lucro dessas empresas.

Na Monsanto, multinacional que atua nos setores químico e agrícola, a participação dos empregados nos lucros foi adotada em 1992 e revelou-se um sucesso absoluto, tendo valido à empresa o 1º prêmio TOP RH 93. Em cada divisão da empresa foram estabelecidos previamente os objetivos a serem atingidos durante o ano. Tudo que ultrapassou essas expectativas foi dividido meio a meio entre empresa e empregados. Na divisão agrícola, o ganho rateado atingiu um milhão de dólares; na de plásticos, duzentos e noventa mil dólares. Apenas na divisão de óxidos de borracha não foram contabilizados lucros. Entretanto, esse revés não serviu para desanimar os trabalhadores do setor, pois verificaram que as causas desse insucesso estavam ligadas à retração da indústria automobilística — principal cliente da empresa na compra desse produto. Por isso, patrões e empregados não desanimaram nem desistiram de estabelecer as metas para o corrente ano de 93. A recuperação que se verifica no setor de veículos já é o prenúncio de que o próximo Natal dos empregados dessa divisão seguramente será mais abastado.

Na Monsanto, esse programa se assenta em quatro princípios básicos: 1 — informações operacionais compartilhadas; 2 — metas e objetivos claros; 3 — trabalho em equipe e cargos polivalentes; 4 — novo papel para as chefias. Com pequenas variações, esses são os princípios em que se assenta todo programa administrativo voltado para os resultados, essas são as diretrizes que deverão orientar a relação patrão/empregado nesta virada de século. Entretanto, para adotar essa política, particularmente as empresas brasileiras enfrentam algumas dificuldades, sendo a principal delas de ordem legal. O nosso empresário não tem nenhum incentivo para promover a sua adoção na empresa. Como não existe legislação específica, dá-se a ela tratamento semelhante ao de outros pagamentos que se fazem aos empregados. Segundo o Deputado Carlos Alberto Campista, sobre eles incide uma taxa média de cerca de 120%, na forma de encargos sociais, trabalhistas, tributários e previdenciários. Em razão disso, são ainda poucas as empresas que se dispõem a adotá-la.

A realidade nos mostra que os benefícios que são proporcionados por essa prática são por demais relevantes para receberem tratamento tão desestimulante.

Assim, Sr. Presidente, Sr^e e Srs. Senadores, mais do que preservar esse princípio na Revisão Constitucional que se aproxima, precisamos regulamentá-lo logo. Aquele projeto em tramitação na Câmara — já aprovado no Senado — precisa ser rapidamente votado, pois, somente através dessa regulamentação proporcionaremos aos empresários instrumentos para usarem adequadamente esse valioso instrumento da política de recursos humanos. Naqueles países que já o adotaram,

essa prática se converteu em forte alavanca de qualidade, de competitividade, de estabilidade, de bem-estar e de progresso. Entre nós não será diferente, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Bello Parga.

O SR. BELLO PARGA (PFL — MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, consta da Ordem do Dia desta Casa Projeto de Lei do Senado nº 135, de 1993, complementar, subscrito pelo nobre Senador Pedro Simon, que visa a acrescentar parágrafo ao art. 38 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964 — Lei de Mercado de Capitais, excluindo do que chama de “benefício do sigilo bancário” diversas pessoas.

Sr. Presidente, a motivação do nobre Representante do Estado do Rio Grande do Sul, sobre ser legítima, é muito oportuna. Estamos todos assistindo à celeuma que vem causando em todo o País as investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre irregularidades havidas na Comissão Mista do Orçamento Federal.

O instituto do sigilo bancário, como assinala o autor da proposição — e eu mesmo já tive ocasião de mencionar em pronunciamento anterior —, tem o objeto precípuo de proteger a atividade negocial, a fim de que o crescimento das atividades mercantis e industriais se faça num clima de saudável competição, sem a violação do segredo que deve acompanhar essas atividades.

Seria até ocioso repetir aqui o ditado que diz que “o segredo é a alma do negócio”, sendo essa a finalidade principal do sigilo bancário, que na legislação comercial de nosso País encontrou guarida até mesmo na Constituição da República.

Está claro que o sigilo bancário para a pessoa física não pode ter a mesma amplitude e nem pode ter o mesmo alcance, no que acompanho a fundamentação do nobre Senador Pedro Simon. Diz S. Ex^a que, utilizando-se dessa proteção, desse direito — porque entendo que é um direito, uma proteção, mas não um benefício, como está na ementa da proposição do projeto de lei do Senado —, muitas atividades ilegítimas ou ilegais, formas inconfessáveis de adquirir fortunas, desenvolvem-se, abrigadas sob essa capa, escapando da fiscalização e até mesmo do castigo que essas violações poderiam ensejar aos seus autores.

Por outro lado, Sr. Presidente, o sigilo bancário, no tocante às pessoas físicas, deve ser encarado de maneira diferente com relação aos agentes do Poder Público, aos funcionários públicos. Na proposição do nobre Senador Pedro Simon, são excluídos da proteção do sigilo bancário os Deputados Federais, os Senadores, os Ministros de Estado, o Presidente e o Vice-Presidente da República, os dirigentes partidários — expressão para mim um tanto vaga — e presidentes e diretores de entidades da Administração Direta e Indireta.

A sua fundamentação, com relação a esse aspecto, é intocável. Diz S. Ex^a que, se o cidadão comum deve ter respeitada a confidencialidade da sua vida, a privacidade da sua maneira de viver, o mesmo não se pode aplicar aos funcionários públicos — ao me referir a funcionários públicos, quero dizer todo aquele que serve à Nação, mediante nomeação ou eleição, todo detentor de cargo público.

Aos que lidam com o bem-comum, aos que, no decorrer de suas atividades de qualquer natureza, mas envolvidas com o Poder Público, podem até estar lidando com recursos financeiros, com o patrimônio público, não se pode estender essa

proteção, porque a sua vida deve ser da mais ampla transparência.

Concordo integralmente quanto à fundamentação do nobre Senador Pedro Simon. No entanto, Sr. Presidente, quero manifestar duas discordâncias com relação ao projeto de lei ora inscrito na Ordem do Dia.

Primeiro, a amplitude dessa exclusão deve abranger todos aqueles detentores de cargo público. No entanto, como está sendo proposta, não encontro aqui um mecanismo limitador, mesmo a essas pessoas. Pela proposição do Senador Pedro Simon, acaba-se simplesmente com o sigilo bancário dessas pessoas, sem, no entanto, substituí-lo por um outro mecanismo que não as deixe vulnerável à curiosidade alheia, ou, até mesmo, do próprio estabelecimento bancário.

Qualquer funcionário pode fornecer uma informação dessa, sem nenhuma base, sem nenhum critério, sem nenhuma forma objetiva, sem nenhum fundamento que o leve a cometer essa indiscrição. Ele poderia até sofrer uma penalidade administrativa de natureza interna, mas ele não estaria violando nenhum dispositivo legal.

Não podemos deixar que isso fique a critério de qualquer pessoa, pois, as motivações políticas podem até mesmo influir no comportamento de qualquer funcionário ou de qualquer pessoa que trabalhe numa instituição financeira.

Quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que não poderei acompanhar, ou seja, dar o meu voto favorável à proposição do Senador Pedro Simon, primeiro, porque estou considerando muito pouco o universo abrangido pela abertura ou pela isenção dessa proteção, pelo afastamento dessa proteção. Entendo que todo aquele agente do Poder Público, todo funcionário público, de nomeação ou de eleição, não pode ter a proteção do sigilo bancário como tem os demais cidadãos. No entanto, deve haver um mecanismo que substitua, que não deixe ao alvedrio de qualquer funcionário do banco ou de qualquer pessoa que, por uma razão ou outra, de forma aberta ou sub-reptícia, convença o funcionário a tornar público um dado que é interno e que pertence também aos cidadãos.

Assim, Sr. Presidente, concluo, fazendo um apelo ao nobre Senador do Rio Grande do Sul, que faça uma reflexão sobre esses aspectos que tive oportunidade de focalizar no projeto de lei de sua autoria, a fim de que aperfeiçoe o seu texto e que, com o sentido de moralizar a vida pública, ou seja, aprimorar a moralização dos costumes na vida política brasileira, estenda esse afastamento do sigilo bancário à totalidade do funcionalismo público, aí incluindo todos os detentores de cargos eletivos, abrangendo, também, todas as entidades autárquicas e, principalmente, fundacionais, e que também esta abertura não seja total e que inclua um dispositivo qualquer para que alguma autoridade seja consultada, a fim de que se faça da maneira mais simples e até mesmo com celeridade.

Eram essas considerações, Sr. Presidente, que eu gostaria de trazer — e acabo de fazê-lo — aos meus Pares, nesta Casa. Obrigado

SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Epitácio Cafeteira.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PDC — MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Brasil, hoje, está no aguardo das próximas medidas que o Governo vai tomar no sentido de uma nova política tributária que nos leve a uma diminuição da aceleração da inflação.

Tenho repetido, inúmeras vezes, que o preço dos produtos não aumentam, continuam semelhantes uns aos outros. O que perde preço, valor, diariamente, é a moeda que o país usa, principalmente para pagar. Para receber há uma moeda diferente: a UFIR. Essa, sobe diariamente. A moeda de receber imposto não varia o seu poder aquisitivo. Agora, a moeda com a qual o Governo paga as suas obras, os seus funcionários, essa, perde de 1 a 2% do seu valor todos os dias. Daí por que, me parece, temos que salvá-la. Ela já foi cruzeiro, cruzado, cruzado novo, voltou a ser cruzeiro e hoje é cruzeiro real. Todavia, o que existe de real é que esse cruzeiro perde o seu valor cotidianamente. Portanto, aguardamos essas medidas.

Se examinarmos os profissionais liberais, constataremos que é comum todo mundo ter a sua responsabilidade.

O médico que erra ou na hora da operação, ou quando administra o medicamento ao doente e o mata, ele pode perder o seu diploma e, ainda, ir para a cadeia; o mesmo ocorre com o engenheiro que projeta ou que calcula mal uma ponte, executa um prédio de forma errônea e que, em função, disso esse prédio cai e mata algumas pessoas. Enfim, em várias profissões a pessoa é punida nos seus erros. Mas há uma profissão neste País para a qual não há punição; é a de economista, principalmente economista do Governo.

Ele planeja, aplica o remédio no País, empobrecendo o povo que fica sem sua poupança, ou a recebe quando já não vale mais nada, ou porque o seu dinheiro desvaloriza a cada dia. Mas nunca ouvi falar que qualquer um desses homens que fazem esses planejamentos para o bem do Brasil, algum dia tenha sido punido pelo mal que fizeram. Temos de encontrar uma maneira de estabelecer punições para aqueles que, se propondo a resolver os problemas deste País, na realidade, agravam-no; chamam para si as atenções e depois dizem que as expectativas falharam, sem que tenha havido qualquer tipo de apuração, como foi o caso da apreensão das poupanças. Quanta gente se suicidou! Quanta gente suicidou por aquela nefasta experiência!

O Sr. Bello Parga — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA — Ouço com prazer V. Exª

O Sr. Bello Parga — Eminentíssimo Senador Epitácio Cafeteira, vem muito a propósito o pronunciamento de V. Exª sobre a questão econômico-financeira. São adequados os comentários que V. Exª expende a respeito da importância que os economistas vêm adquirindo na vida pública brasileira, notadamente na atual conjuntura. Efetivamente, são incalculáveis os prejuízos que políticas governamentais vêm causando à população pela sua má formulação ou pela sua ainda pior execução. E, diferentemente, o que ocorre em outras profissões, em que o titular delas é responsabilizado pelos erros, pela má conduta e, por isso, sofre penalidades, castigos, o que não ocorre com os economistas. De maneira que apoio as suas palavras, e na eventualidade de V. Exª iniciar uma proposição estabelecendo sanções para economistas que se enquadrem nessas circunstâncias, quero ser o primeiro a assiná-la, depois de V. Exª

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA — Agradeço o aparte do nobre colega Senador Bello Parga, que enriquece o meu pronunciamento.

O mais interessante é que as pessoas que fazem esses planejamentos econômicos, que quase sempre ou sempre dão

errado, depois acabam descobrindo por que não deram certo. Depois de passada a experiência, onde quem amargou foi o povo, de repente descobrem o porquê do erro, o porquê da falha na implantação da política econômica que garantiam ser a salvação nacional.

Sr. Presidente, nunca vi, em nenhum país do mundo, alguém se referir aos nossos economistas como tendo conseguido algum sucesso. Sempre acham que a nossa situação é diferente; sempre acham, por exemplo, que dolarizar é um erro. É que ao Governo interessa essa situação, porque, enquanto ele tem a UFIR diária, o povo tem a correção mensal do seu dinheiro com abatimento de 10%. Ou seja, dá-se ao trabalhador uma correção da inflação menos 10% ao mês, enquanto o Governo corrige diariamente o que tem a receber.

O Governo conseguiu um milagre: empanturrou-se tanto de dólares, que hoje o dólar no paralelo está mais barato do que o dólar oficial. Isso nunca aconteceu em nenhum país do mundo; só no Brasil o dólar paralelo é mais barato do que o dólar comercial. É a demonstração do quanto nos transformamos num modelo exportador, e com isso estamos, a cada dia, aumentando o número das nossas reservas. Quando aqui esteve o Ministro Fernando Henrique Cardoso, li um ofício que S. Ex^a havia me enviado, depois de recebê-lo do Banco Central, dando conta de que estamos com uma reserva de 25 bilhões de dólares, e essas reservas se encontram num banco de segurança — o BIS. Nesse banco, recebemos 3% ao ano. E no exterior, cobramos 10% de juros ao ano. Quer dizer, mandamos o nosso dinheiro a 3%, para pedir emprestado a 10%. Seria muito melhor que usássemos a nossa reserva para negociar a nossa dívida externa. Mas estamos fazendo questão de pagar juros e, portanto, de criar problemas para este País.

Vê V. Ex^a que, enquanto os países lutam para desenvolver a sua indústria, nós lutamos para entrar a nossa. A carga tributária sobre as obrigações trabalhistas é um absurdo. Estamos trabalhando para não haver emprego. A empresa que tiver que empregar muita gente paga um percentual sobre essa carga trabalhista muito grande; paga PIS, Fundo de Garantia, tudo que se puder imaginar. Quase duplica a folha.

Pretende-se fazer o quê? Ajudar o INSS? Acho que não. Acho que isso ajuda, por exemplo, uma firma onde o trabalho é sofisticado, como, por exemplo, aquelas que utilizam as chamadas máquinas Xerox. Para 60 máquinas dessas, há um funcionário encarregado de fazer a manutenção. Um funcionário para 60 máquinas! Então, é o encargo trabalhista de um empregado para 60 máquinas faturando. Enquanto isso, para se construir uma casa popular, o número de empregados é cinco vezes maior do que para sustentar 60 máquinas.

Estamos com uma política equivocada. Não adianta o Governo pensar — não sei qual é a medida que vem aí — em aumentar a receita aumentando os impostos. No Brasil, quem paga, paga; quem sonega, sonega, e não adianta se cobrar mais daqueles que hoje já pagam, enquanto os outros vão continuar não pagando. Tudo isso é muito preocupante e nos leva a fazer estas reflexões: para onde vamos? Que tipo de política queremos?

Na Argentina, um Ministro, cujo nome para o português pode até não soar bem, o Ministro Cavallo, resolveu o problema da inflação. E nós temos sido os "cavalos" aqui, os "cavalos" que pagam. E o que resulta é essa luta que estamos fazendo com a ex-União Soviética, para ver qual dos dois países vai levar o primeiro lugar na inflação, vai receber a

medalha, eu não diria de ouro, mas a medalha de couro da inflação.

Sr. Presidente, eram essas as preocupações que me assaltavam desde que li as notícias de que a situação ia mudar, de que o final do pacote vinha aí; porque até hoje não vi nenhuma medida que apontasse para uma diminuição do custo de vida. Volto a dizer, não diminuição da inflação, mas a diminuição da queda do valor do nosso Cruzeiro "Real". Real não é o Cruzeiro: real é a fome, o desemprego, o sofrimento decorrente da política monetária que está sendo executada no País, que já passou pelo "feijão com arroz", que deixou o pobre sem feijão e sem arroz, e que agora passa pela "política do caviar", mas, com certeza, será do caviar para uns poucos e da fome para muitos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. IRAPUAN COSTA JÚNIOR — Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. IRAPUAN COSTA JÚNIOR (PP — GO. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, temos em tramitação, nesta Casa, já aprovado na Câmara dos Deputados, o tratado assinado entre o Brasil e a Argentina visando ao controle das instalações nucleares nos dois países.

Quero alertar este Plenário para a realização de uma audiência pública, no próximo dia 18, na Comissão onde se encontra o projeto, ocasião em que teremos oportunidade de um longo debate a respeito dessa controvertida questão.

Gostaria de, ao mesmo tempo em que convido os Colegas para participarem de tão importante evento, externar a minha preocupação pela maneira com que foi conduzida essa negociação com o país irmão, a Argentina, que envolve também a Agência Internacional de Energia Atômica. Conforme recordam V. Ex^{as} aqui presentes, o Presidente Collor esteve em Viena para a interveniência da Agência Internacional de Energia Atômica no tratado que assinamos com a Argentina.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Brasil vem há muito se recusando a participar do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares. O TNP — como todos nós sabemos — é um tratado que usa dois pesos e duas medidas. Há o grupo de países ricos, que detêm toda a tecnologia nuclear, utilizada para a produção de artefatos cada vez mais poderosos, que, até hoje, não interromperam os seus testes de uso da energia nuclear para fins não-pacíficos e que se arvoram, cada vez mais, em ditar ao resto do mundo regras que impedem o livre uso dessa tecnologia até para a utilização pacífica da energia nuclear.

Sr. Presidente, em nosso País ainda ocorre mais um porém: a nossa própria Constituição proíbe o desenvolvimento da energia nuclear para fins não-pacíficos. Recentemente, o Governo demonstrou que não pretende, em momento algum — até porque nos faltam recursos —, desenvolver essa tecnologia, que é cara, visando à construção de armas de destruição.

Sr. Presidente, aqui está a minha preocupação. Se, constitucionalmente, nós próprios já nos policiamos para que, hoje, esse tipo tão importante de energia não seja desvirtuado, por que razão haveremos de nos submeter — nesse ponto, vejo até uma ameaça à soberania — à fiscalização draconiana de um organismo internacional, que é sabidamente dirigido pelas nações mais ricas, justamente as que desenvolveram

as suas armas nucleares de destruição tático-estratégica até um grau extraordinariamente mortífero?

Gostaria muito que esta Casa levasse em consideração esses acontecimentos. Penso que tudo que obtivemos no campo da energia nuclear foi extraordinariamente importante e significativo, partindo da estaca zero. Sabem o Sr. Presidente e os nobres Colegas que esse tipo de tecnologia não se aprende na escola. Não há um país que a forneça de bom grado, de boa vontade; pelo contrário, praticamente todos os países que detêm, hoje, conhecimentos na área nuclear, de energia atômica e engenharia nuclear, procuram fazer com que países como o nosso, que desenvolvem tecnologia própria, afastem-se do verdadeiro caminho das pesquisas; com isso, gasta-se mais dinheiro e atrasa-se mais a conquista de novos conhecimentos nesse campo.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, comprovei, em várias visitas que fiz a centros de pesquisa brasileiros, em particular ao Centro de Pesquisa da Marinha, em Iperó, que podemos conseguir avanços extraordinários na área da tecnologia, através de um esforço, diria, muito raro neste País, a que se somaram a Marinha de Guerra, as universidades brasileiras, principalmente a USP, e a indústria nacional.

Ponto a ponto, degrau a degrau, conseguimos subir na escala de conhecimentos nesse campo tão importante da física e da tecnologia, até chegarmos à produção de combustível enriquecido para fins pacíficos, para a propulsão nuclear, que interessa muito à Marinha. Nesse caso, há uma confusão — que é bom se esclareça: quando se fala em submarino de propulsão nuclear, nunca se quer dizer que seja um submarino nuclear, isto é, um submarino carregado com armas atômicas. A propulsão nuclear é apenas um sistema mais moderno, mais avançado de movimento de um navio — no caso, um navio submarino — que a Marinha de Guerra brasileira vem desenvolvendo com muita competência.

O avanço da energia atômica para a propulsão de um navio nuclear é absolutamente paralelo à tecnologia de construção das usinas nucleares, tecnologia de que o País vai necessitar mais dia menos dia, Sr. Presidente! Se temos um imenso potencial de hidroeletricidade, se ainda podemos construir as nossas usinas para aproveitamento desse tipo de energia não-poluente, renovável sempre — é bem verdade —, por outro lado, que todo ou quase todo esse potencial — 150 milhões de kilowatts, aproximadamente, segundo estimativas da ELETROBRÁS — encontra-se hoje na Região Amazônica principalmente, bastante longe, portanto, dos principais centros consumidores de energia elétrica, que são as grandes cidades industriais do Sul e do Sudeste brasileiros.

Sem dúvida alguma, este País, a partir do momento por que todos esperamos ansiosamente, em que a retomada do crescimento econômico venha a promover o aumento da produção industrial e, conseqüentemente, o aumento de bons empregos, terá a sua taxa de consumo de energia elétrica aumentada em até — quem sabe — 20% ao ano. Quando isso acontecer teremos que buscar recursos em outras fontes de energia.

É sabido que muito desenvolvimento tem sido feito no setor de energia eólica, e de energia solar. Entretanto, essa modalidade de energia nem sempre é aproveitada em condições quantitativas suficientes para atender, por exemplo, a uma cidade de médio porte e, muitas vezes, dependendo do tipo de energia em estudo, dado o seu grau ainda muito deficiente de desenvolvimento, até mesmo a uma cidade de pequeno porte, reduzindo-se, por vezes, a uma ou outra pequena

indústria, a uma ou outra pequena unidade, ou algum grupo de unidades habitacionais.

Por tudo isso, Sr. Presidente, vejo com muita preocupação essa possível aprovação de um acordo que nos submeta a uma vigilância externa no setor do nosso desenvolvimento nuclear. Nenhum país que se julgue soberano pode se autolimitar e, muito menos ainda, aceitar limitações impostas por países estrangeiros.

Em última análise, é o que aconteceria, se aceitássemos de bom grado, aqui dentro, a seu bel-prazer, percorrendo as instalações que julgasse mais convenientes, uma agência internacional de energia atômica.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Guilherme Palmeira _ Henrique A. Lucida _ José Sarney _ Júlio Campos _ Lavoisier Maia _ Magno Bacelar _ Marco Maciel _ Mário Covas _ Pedro Teixeira _ Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte.

PROJETO DE LEI Nº 143, DE 1993

Define o crime de expor a vida, a integridade corporal, ou a saúde de alguém, por meio de recipiente de gás liquefeito de petróleo, defeituoso ou não requalificado, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os diretores, os administradores e os gerentes de empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo são responsáveis penalmente pelo crime definido no artigo seguinte.

Art. 2º Expor a vida, ou a integridade corporal, ou a saúde de alguém, por meio de recipiente de gás liquefeito de petróleo, defeituoso ou não requalificado.

Pena — detenção de três meses a um ano, e cem dias-multa.

Art. 3º Sem prejuízo da pena cominada no artigo anterior, aplicar-se-ão ao agente do crime nele definido as seguintes sanções de caráter administrativo:

I — afastamento da direção da empresa pelo período de 2 (dois) anos após o término da execução das penas a que foi condenado;

II — multa, em valor a ser arbitrado pelo Juiz.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Há uma necessidade — sensível, notável — de se coagir as empresas que atuam no ramo de distribuição de gás liquefeito de petróleo a adotar o sistema de requalificação dos botijões postos à venda.

A não-requalificação expõe o usuário — assim como as pessoas que lidam no setor — a acidentes perigosos à integridade corporal, à saúde e à vida.

Impõe-se criminalizar a omissão dessa não-requalificação, a fim de prevenir a ocorrência de danos irreparáveis.

Esse o objetivo deste nosso projeto de lei. Uma lei didática, além de coibitiva.

Temos por certa a compreensão dos nossos ilustres pares. Nele, estabelecemos uma sanção penal para os diretores daquelas empresas, fixamos, para maior abrangência punitiva, sanções administrativas para eles e para as suas empresas.

Sala das Sessões, 8 de novembro de 1993. — Senador **Júlio Campos**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania — *decisão terminativa*)

O SR. PRESIDENTE (Chadas Rodrigues) — O projeto lido será publicado e remetido à comissão competente.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte.

Brasília, 8 de novembro de 1993

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os nobres Senadores Lucídio Portella e Epitácio Cafeteira, como Titular e Suplente, respectivamente, em substituição aos Senadores anteriormente indicados, para integrar a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a admissibilidade da Medida Provisória nº 367, de 29 de outubro de 1993, que “Altera a legislação reguladora do processo administrativo de determinação e exigência de créditos tributários da União e dá outras providências”, representando o Partido Progressista Reformador — PPR.

Na oportunidade, renovo os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente, — Senador **Epitácio Cafeteira**, Líder do PPR.

Brasília, 8 de novembro de 1993

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os nobres Senadores Esperidião Amin e Epitácio Cafeteira, como Titular e Suplente, respectivamente, em substituição aos Senadores anteriormente indicados, para integrar a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a admissibilidade da Medida Provisória nº 368, de 29 de outubro de 1993, que “Altera a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991”, representando o Partido Progressista Reformador — PPR.

Na oportunidade, renovo os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente, — Senador **Epitácio Cafeteira**, Líder do PPR.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Serão feitas as substituições solicitadas.

— A Presidência, nos termos do art. 174, do Regimento Interno, dispensa, na sessão de hoje, o período correspondente à Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao nobre Senador **Júlio Campos**.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a questão da reforma agrária no Brasil continuará ainda por muito tempo a ser um problema polêmico e polarizador. Os que possuem recursos comprarão sempre mais, os que têm pequenas glebas vendê-las-ão para ir procurar melhorias na cidade, e o Governo ver-se-á, por anos, a braços com demandas crescentes de infra-estrutura urbana e de serviços sociais.

Sempre que o tema da reforma agrária surge vêm-me à memória as lições da História relativamente aos acontecimentos que marcaram o final do Século XV e o início do Século XVI na Europa. A nobreza feudal, necessitando sem-

pre e cada vez mais de dinheiro, começou a cercar as terras até então utilizadas como pastagens comunais, destinando-as à criação de ovelhas para vender a lã às indústrias têxteis inglesas, cujo crescimento atingia proporções sem precedentes. A criação de ovelhas apresentava uma dupla vantagem: a lã tinha preço compensador e a mão-de-obra para pastoreio dos rebanhos era mínima.

O regime do cercamento dos campos, denominado de **enclosure**, obrigou milhares de camponeses a abandonarem a terra rural, migrando para as cidades em busca de melhores condições de sobrevivência.

Os laços feudais remanescentes dissolviam-se e os servos viam-se privados das terras e despojados dos instrumentos de produção, em condição apenas de vender a sua força de trabalho.

O movimento migratório no sentido campo-cidade proporcionou novos contingentes de trabalhadores para as indústrias, “mais homens para o exército e para as forças navais, mais voluntários para colonizar terras distantes e muitos consumidores em potencial para os produtos da indústria”.

Essa passagem do antigo sistema para a chamada Idade Moderna teve o seu preço e sacrifícios enormes provocados pela fome, pelas revoltas e pela violência. Bastaria lembrar a sublevação dos camponeses da Alemanha em 1524, reprimida pelas tropas do Sacro Império Romano. Conta-se que morreram mais de cem mil pessoas naquela época.

Os trabalhadores da terra, pressionados e perseguidos pela decadente nobreza feudal, que queria anular as comutações, mudavam-se para a cidade, onde podiam encontrar algum trabalho, mas nenhum conforto ou bem-estar.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a História não se repete, porém o ser humano, que é quem faz a História, sempre se debateu entre dois princípios: o da individuação, que dá primazia ao egoísmo, e o da socialidade, que se volta para o bem coletivo. O primeiro tende à centralização, à solidão e cultiva a soberba, excluindo a alteridade, aceitando, no máximo, a coexistência. O segundo caminha para a convivência e orienta para a justiça, que é a virtude típica da mutualidade, da reciprocidade, da solidariedade.

Uma sociedade será mais ou menos civilizada, na medida em que traduzir e vivenciar, através de suas estruturas, mais um aspecto do que outro, pois a civilização pode ser chamada, como bem disse Alceu de Amoroso Lima, “a passagem da coexistência para a convivência.” Assim sendo, tanto mais civilizada será uma sociedade, quanto mais intensamente praticar a justiça distributiva, entendida esta como dever de contribuir para a coletividade e a justiça social, por meio da qual a sociedade tem a obrigação de contribuir para que cada pessoa possa satisfazer as suas necessidades essenciais.

Nesse contexto, se a escolha do nosso País, no que diz respeito à reforma agrária, for pela supremacia da concentração e não pela repartição, criteriosa e racional, talvez tenhamos que viver ainda dolorosas situações de barbárie. Nossas cidades estão cercadas por cinturões de miséria e estão cada vez mais violentas.

Segundo o Anuário de 1992, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, existem atualmente 3.221 favelas nas periferias das principais cidades do Brasil (pelos critérios do IBGE, são consideradas favelas grupamentos com mais de 51 famílias).

De acordo com os dados divulgados pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB, durante a Campanha da Fraternidade do corrente ano, de 1960 a 1970, em 900

municípios brasileiros a população diminuiu; de 1980 a 1991, o número de municípios cuja população diminuiu subiu para um mil e quinhentos.

Hoje, 77% dos brasileiros moram na cidade — o que significa 120 milhões de pessoas — e 35 milhões vivem no campo. Os quinhentos e quarenta e três municípios mais populosos representam apenas 12,1% dos municípios brasileiros, mas abrigam 61,2% dos habitantes do País. “Esse quadro de crescimento reverter-se-á”, conclui a CNBB.

Muitas causas contribuem para provocar um fluxo migratório tão grande, dentre as quais a política agrícola e agrária.

De fato, apesar do êxodo e das pressões sociais que vêm exacerbando a vida das grandes cidades, a reforma agrária está sendo executada de maneira extremamente lenta e penosa.

De acordo com dados de 1989, que estão sendo atualizados e processados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, há no Brasil cinco milhões de proprietários rurais, dos quais 45 mil detêm 162 milhões de hectares. Os vinte maiores proprietários possuem 5% das terras consideradas boas para a agricultura. E existem 13 milhões de pessoas precisando de terra para trabalhar, à espera da propalada reforma agrária.

Pesquisa feita pelo **Jornal do Brasil** detectou que, do Governo de Humberto Castello Branco ao de Fernando Collor, foram objeto de reforma agrária 18.862.142 hectares, beneficiando com assentamento 266.697 famílias.

Durante esse mesmo período, conforme informações do Presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT/CNBB), ocorreram mais de 1.600 assassinatos de líderes rurais e apenas 29 pistoleiros foram condenados.

Longe de mim pensar que o êxodo rural seja produzido unicamente pela lentidão ou pela ausência da reforma agrária. Outras razões há, ligadas a expectativas de ordem econômica e social, tais como emprego na indústria, escola para os filhos, assistência médica, cultura e lazer. Mas é fora de dúvida que a posse da terra e o acesso aos instrumentos essenciais para produzir exercem papel fundamental na retenção das famílias, pois grande parte delas deseja permanecer no campo.

Ainda neste final de semana vimos, pela televisão, uma marcha com destino ao Palácio dos Bandeirantes, na Capital de São Paulo, para onde um grupo de sem-terras estava caminhando já há alguns dias a fim de alertar o Governador Luiz Antônio Fleury de que também em São Paulo, como em Mato Grosso, em Goiás, em Tocantins, no Acre ou em qualquer Estado do Brasil, é necessária uma política, com urgência, para a reforma agrária.

Além disso, contrariamente aos que afirmam ser a reforma agrária uma solução falsa, porque os colonos beneficiados acabam não produzindo e vendem a terra recebida, pesquisa realizada pela FAO, em 1991, publicada sob o título de Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos da Reforma Agrária, abrangendo quatrocentos e quarenta núcleos de colonos, concluiu que “o assentamento de populações de baixa renda nas áreas desapropriadas pelo INCRA revelou-se eficaz na promoção do desenvolvimento rural e na fixação do homem no campo”.

As dificuldades para a execução da reforma agrária não decorrem unicamente das pressões em sentido contrário. São criadas também pela falta de recursos, pois o processo de desapropriação e distribuição é complexo e demorado. Além do mais, no Governo do Presidente Itamar Franco, há uma acefalia completa no INCRA, principalmente com relação

ao problema da desapropriação de terras e de assentamento dos nossos colonos.

No que se refere aos recursos, enfatizo a necessidade de a União buscar novas fontes como, por exemplo, a comutação da dívida mobiliária que os Estados mantêm com o Banco Central por terras, visando um programa emergencial de reforma agrária. Um programa emergencial financiado com recursos da dívida mobiliária dos Estados daria ao Governo condições de assentar um número maior de famílias, com ampla possibilidade de amenizar os conflitos no campo e de aumentar a produção de alimentos.

Além do resultado específico relacionado com a questão da posse da terra e da produção de alimentos, a utilização da dívida mobiliária contribuiria para diminuir a deterioração financeira e o excessivo endividamento e inadimplência de Estados e Municípios, situação que vem comprometendo seriamente os esforços do Governo Federal de sanear as contas públicas e de alcançar equilíbrio macroeconômico, com estabilidade de preços e retomada sustentável do crescimento econômico.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao instalar oficialmente o Conselho de Segurança Alimentar no dia 13 de maio último, o Senhor Presidente da República, Itamar Franco, descreveu com propriedade e emoção as dificuldades, a insegurança e os temores que hoje a sociedade brasileira experimenta ao ver a situação em que se encontram 32 milhões de brasileiros, que vivem em absoluta miséria. Essa tragédia exige de todos não enclausuramentos ou cerceamentos protetores e autodefensivos, porque enganosos, mas criatividade e participação.

Tenho certeza absoluta de que todos nós, membros do Congresso Nacional, daremos a nossa participação para que seja resolvido o grave problema que aflige, hoje, 32 milhões de brasileiros que estão à procura de terra para trabalhar, para produzir.

Precisamos, pois, Sr. Presidente, Srs. Senadores, instituições e cidadãos, todos juntos, caminhando para um concreto e eficiente pacto de mutualidade e de solidariedade, fazer com que a reforma agrária tenha um papel a desempenhar na solução dos problemas vividos pela sociedade brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Júlio Campos o Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nabor Júnior, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Senador Beni Veras.

O SR. BENI VERAS (PSDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, toda a Nação vive uma hora de grande perplexidade na medida em que vê, neste momento, um dos poderes da República, não por acaso aquele que é o mais transparente, expor suas vísceras, revelar suas fraquezas, submetendo-se, enfim, a um exame completo de suas práticas, tudo transmitido por rádio e televisão. Na minha visão, este é o maior momento do nosso Congresso, que, ao se ver face a uma enorme distorção praticada por alguns de seus membros, que não souberam honrar o mandato que lhes foi conferido, dispõe-se a discutir abertamente essas deformações, mesmo sabendo que corre o risco de um julgamento defeituoso por parte da opinião pública, que pode ser levada a imaginar que todo o Congresso é corrupto.

Acredito, entretanto, que este risco é menor do que o que correríamos se tentássemos varrer para baixo do tapete os nossos problemas. A Nação tem direito de ver que, em face de um problema sério de corrupção entre seus membros, preferimos separar o joio do trigo, de tal maneira que, ao fim, mesmo feridos, restará uma instituição depurada e digna do respeito da Nação.

Cabe, por oportuno, avançarmos algumas considerações sobre este momento, para que possamos tirar dele algumas lições.

O sistema montado a partir do Orçamento conta com a parceria de prefeitos e demais lideranças municipais, que se aliam para o desencaminhamento dos recursos, indiferente à realidade que os cerca. Essa triste realidade é que torna mais difícil montar um sistema eficiente para a superação de suas dificuldades e do seu atraso. São, portanto, recursos federais desencaminhados para a montagem de suas estruturas de poder. Esses recursos tanto podem ter origem nas chamadas verbas sociais, como podem vir das contratações de obras com preços superavaliados, ou mesmo da utilização de construtoras pertencentes aos políticos.

Trata-se de um sistema perverso, que torna o povo da região financiador de seus próprios algozes. Nossa experiência de participante do Governo do Ceará nos deu a oportunidade de conhecer todos os meandros desse pacto, e sabemos o quanto é difícil desmontá-lo. Para que se rompa, entretanto, o círculo vicioso do subdesenvolvimento, é indispensável quebrar esse pacto, do contrário todo esforço será perdido.

Será, no entanto, apenas no Nordeste que se desencaminham os recursos? Terá o Nordeste o monopólio da desonestidade e da malversação? Creio que não. O que ocorre é que nas regiões mais desenvolvidas o desencaminhamento dos recursos é muito mais sofisticado, e se dá em valores muito mais expressivos. As grandes construtoras estão no Sudeste, assim como as grandes obras. Programas como o nuclear, que tem nas usinas de Angra dos Reis seu monumento, têm custos de bilhões de dólares, permitindo, dessa maneira, meganegociatas, bem mais compatíveis com o apetite dos grupos locais. O rio Tietê já foi dragado infinitas vezes, e a Ferrovia do Aço continua cara e inconclusa. A isenção de impostos sobre importações e outros esquemas assemelhados, como o utilizado no antigo IBC, são bem mais rendosos do que as verbas sociais. Não quero com isso justificar a desonestidade e a corrupção no Nordeste ou no Sul. Ela tem um alto custo social, atrasa o País como um todo e deve ser combatida com todo o rigor. O que não aceito é a generalização que diz que toda a corrupção vem do Nordeste, como parece ao vermos essas tristes figuras que têm sido questionadas na CPI do Orçamento.

Esses acontecimentos devem, entretanto, ser utilizados por nós, nordestinos, como uma lição. Eles demonstram que a luta pelo desenvolvimento do Nordeste passa pela luta contra as nossas falsas elites, aliadas na corrupção e principal fator de nosso atraso. Dois fatos ocorridos esta semana demonstram a justeza dessa afirmação. O primeiro é o triste acontecimento envolvendo o Governador da Paraíba, e que tem, na sua origem, acusações à SUDENE. Para mim não é novidade que se acuse a SUDENE de administrar mal os recursos do FINOR. Conhecemos inúmeros exemplos de utilização de clientelismo e até de corrupção na seleção dos projetos a serem aquinhoados com esses recursos. Há verdadeiros profissionais, ligados ao FINOR e ao FINAM, que montam empresas fantasmas, criadas com a única finalidade de conseguir

recursos desses fundos. São empresas que jamais têm sua instalação concluída e que quando já não há recursos para liberar, montam projetos de ampliação, de tal modo que não cesse o fluxo de recursos. Funcionários ligados à fiscalização de projetos são facilmente corrompidos, dada a grande capacidade de dar propinas dos empresários ligados ao sistema. Já tive oportunidade de denunciar essas práticas deste plenário, e ainda recentemente conversei a respeito com o Sr. Superintendente da SUDENE. As prioridades para liberação não são explicitadas, nem as liberações são divulgadas como deveriam ser, para que a sociedade possa acompanhá-las. Não há um orçamento, nem um cronograma para as liberações de recursos. É mais fácil conseguir uma liberação negociando aqui em Brasília do que apresentando na SUDENE dados que comprovem a sua justeza.

Em consequência, o sistema não mais serve às boas empresas, que fogem desse esquema viciado. Ficam apenas os que, por má gestão, têm dificuldade financeira, e os espertalhões que usam o sistema para ganhar dinheiro. É um programa que chegou ao fim e que devemos ter a coragem de sarjá-lo, montando em seu lugar um outro que corresponda melhor aos interesses da região.

Não creio que o Sr. Cássio Cunha Lima seja responsável único pelo que ocorre na SUDENE, até porque ele tem pouco tempo no comando daquela autarquia. Não cabe dúvida, entretanto, que ele, conhecendo esta realidade, não se dispôs a enfrentá-la, sendo portanto compreensível que ele sofra acusações públicas de, no mínimo, ter deixado de agir face a esta realidade.

O segundo fato que trago esta Casa é a reportagem que se publica na revista IstoÉ desta semana na qual se acusa a direção do DNOCS por ter permitido uma grande série de irregularidades que redundaram em grande prejuízo para a região e para o País. São açudes que tiveram o seu custo majorado, contratos com consultores reajustados de maneira abusiva e inúmeras outras irregularidades que revelam, no mínimo, uma gestão complacente. Cabe lembrar, por oportuno, que desde o início de nosso mandato, temos procurado dar aquele órgão a cobertura necessária para que ele realize o seu trabalho de dotar o semi-árido de condições para o enfrentamento das secas periódicas. Mas nos sentimos como marido traído ao sabermos que em nossas costas políticos inescrupulosos continuam a se utilizar do órgão para suas negociatas, desmoralizando desta maneira um esforço bem-intencionado de criar no Nordeste condições para a convivência com este flagelo secular. Cabe-nos, como nordestinos, a crítica mais enérgica, assim como um esforço para vacinar o DNOCS contra este tipo de problema. Temos que revelar capacidade de gerir bem os recursos que a União coloca a nossa disposição, e ninguém pode nos substituir nessa tarefa.

Citamos aqui três aspectos da realidade nordestina que precisam ser enfrentados, se desejamos fazer dela uma região próspera. Em primeiro lugar, temos que reforçar na região a luta contra as oligarquias de poder. São grupos reacionários, que se ceiam da pobreza que dela dependem para se manter no poder.

São elas que dão sustentação à má gestão dos municípios, dificultando a boa utilização dos sistemas de desenvolvimento comunitário, que precisam de autoridades municipais ligadas à população. Cito, por exemplar, o caso da cidade de Santa Quitéria, no Ceará. Uma má gestão desencaminhou os recursos da cidade, onde tudo faltava. O prefeito pagava suas contas pessoais com o dinheiro público, enquanto faltava carteira nas escolas. O Governo do Ceará promoveu uma intervenção

nessa prefeitura e, dentro de poucos meses de boa gestão, ela cumpria exemplarmente com seu papel, proporcionando saúde e educação à população, oferecendo ao novo prefeito eleito, amplo saldo de caixa. Cito esse exemplo para realçar que a política nordestina pode ser melhorada a curto prazo, desde que não se permita a impunidade, e se dê oportunidade à população de desfrutar do direito a educação, saúde e principalmente emprego.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. BENI VERAS — Com prazer ouço V. Ex^a

O Sr. Josaphat Marinho — Nobre Senador, não é a primeira vez que V. Ex^a e outros Senadores têm tratado do problema de obras e aplicação de recursos no País, particularmente no Nordeste. Ainda agora, V. Ex^a assinala exatamente o problema gravíssimo, sobretudo para a nossa região. Não foram, nem são estabelecidos os mecanismos próprios para dar continuidade aos serviços e ao bom aproveitamento dos recursos. A descontinuidade, a falta de orientação, a ausência de critérios, de projetos e de planos conduz sempre a isso. O Nordeste continua a sofrer ciclicamente os efeitos das secas e, a cada vez que faltam as chuvas, vêm as obras de emergência. Passadas as águas, cessam os serviços e a região continua a sofrer. Não há mal em que V. Ex^a insista e que outros insistamos no problema. É o nosso dever para mostrar que, enquanto não houver mecanismos apropriados para garantir a continuidade de serviços e boa aplicação de recursos, não haverá solução para os problemas do País nem da região nordestina.

O SR. BENI VERAS — Obrigado pelo aparte de V. Ex^a. E eu lembraria que, no caso, fica-se até em dúvida se o que falta à região são recursos ou uma melhor aplicação dos recursos disponíveis. Acredito que são os dois fatos, que se somam e criam na região uma situação de crise para uma população vulnerável e facilmente alcançável pelos cataclismos como a seca, por exemplo.

Se conseguíssemos fazer com que os recursos fossem utilizados adequadamente, talvez se tornassem insuficientes, mas pelo menos seriam melhor encaminhados do que o são atualmente. Esse é o antídoto mais eficaz para os "João Alves" da vida.

No caso da SUDENE e do DNOCS, cabe-nos, ao nível institucional, refazer a estrutura desses órgãos, que estão superados e envelhecidos. São instituições que foram vencidas pelo tempo e que agora usam a aliança com as oligarquias locais para preservar os privilégios que divide com elas. Temos que ter a coragem de sermos nós mesmos, os do Nordeste, os que liderarão o processo cirúrgico que se faz necessário. Devemos usar o exemplo do Congresso e tomarmos a decisão de expor nossos males e cortar na própria carne. Temos que ter coragem de assumir a briga com os que se prevalecem do atual sistema — abutres que precisam da miséria para manter seus privilégios — e desenvolvermos uma ação transformadora que dê uma chance ao nosso povo de fruir dos benefícios que podem advir de uma economia próspera e de uma sociedade aberta, a partir da qual se possa construir uma democracia da qual possamos nos orgulhar. O momento é próprio para acabarmos com a sociedade do pires na mão, e o primeiro passo é escoimar nossa política dos aproveitadores que a CPI do orçamento, em boa hora, está expondo à luz do dia, nos dando a nós, nordestinos, uma nova oportunidade para a libertação de nosso povo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — A Presidência lembra aos Srs. Senadores a realização de sessão especial do Senado, amanhã, às 11h, destinada a comemorar o 21º aniversário da criação do Sistema TELEBRÁS, nos termos do Requerimento nº 1.080, de 1993.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Na presente sessão terminou o prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Resolução nº 120 e 121, de 1993. Os Projetos não receberam emendas e serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

— Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 20 minutos.)

ATA DA 30ª SESSÃO, REALIZADA EM 4 DE FEVEREIRO DE 1993

(Publicada no DCN (Seção II), de 5-2-93)

RETIFICAÇÃO

Na página 1066, 1ª coluna, na ementa do Projeto de Lei do Senado nº 6, de 1993,

Onde se lê:

... e da Lei nº 8.312, de 23 de dezembro de 1991,...

Leia-se:

... e da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991,...

ATO DO PRESIDENTE Nº 532, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, considerando a decisão da Comissão Diretora em sua 17ª Reunião Ordinária, de 28-11-91, e de acordo com as Resoluções nº 42 e 93, de 1993, e com o Ato da Comissão Diretora nº 53, de 1993, resolve Nomear THERESA CATHARINA DE GOES CAMPOS e MARIA ISABEL DE A. F. BANDEIRA TAVEIRA para o cargo de Analista Legislativo, Nível III, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade de Tradução e Interpretação, Padrão 31, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público, homologado pelo Ato da Comissão Diretora nº 33, de 1989, publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção II, de 11 de novembro de 1989, observada a ordem de classificação para o idioma Inglês.

Senado Federal, 8 de novembro de 1993. Senador Humberto Lucena.

ATO DO PRESIDENTE Nº 533, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, considerando a decisão da Comissão Diretora em sua 17ª Reunião Ordinária, de 28-11-91, e de acordo com as Resoluções nº 42 e 93, de 1993, e com o Ato da Comissão Diretora nº 53, de 1993, resolve, nomear CATARINA DE CARVALHO GUERRA, ALESSANDRO GAGNOR GALVÃO, JOSÉ LEONARDO ROCHA, HELENA LOPES DALTRO, LEILA DANHER, EDMILSON SOBREIRA CAMINHA JUNIOR, CINTIA SASSE, MÁRCIA ROCHA, ELI DA SILVA TEIXEIRA, CLÓVIS VENUTO DA SILVA, MÔNICA DE CAMPOS CURADO, SUELY BASTOS e JOSÉ FLORIANO PEREIRA LIMA FILHO, para o cargo de Analista Legislativo, Nível III, Área de Comunicação So-

cial, Eventos e Contatos, Especialidade de Comunicação Social, Padrão 31, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público, homologado pelo Ato da Comissão Diretora nº 33, de 1989, publicado no **Diário do Congresso Nacional**, Seção II, de 11 de novembro de 1989.

Senado Federal, 8 de novembro de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 534, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições, em conformidade do a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Dietora nº 2, de

1973, considerando a decisão da Comissão Diretora em sua 17ª Reunião Ordinária, de 28-11-91, e de acordo com as Resoluções nº 42 e 93, de 1993, e com o Ato da Comissão Diretora nº 53, de 1993, resolve, nomear **MARIA CELESTE JOSÉ RIBEIRO** e **NEIDE ALVES DIAS DE SORDI** para o cargo de Analista Legislativo, Nível III, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade de Biblioteconomia, Padrão 31, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público, homologado pelo Ato da Comissão Diretora nº 33, de 1989, publicado no **Diário do Congresso Nacional**, Seção II, de 11 de novembro de 1989.

Senado Federal, 8 de novembro de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

MESA Presidente Humberto Lucena – PMDB – PB 1º Vice-Presidente Chagas Rodrigues – PSDB PI 2º Vice-Presidente Levy Dias – PPR – MS 1º Secretário Júlio Campos – PFL – MT 2º Secretário Nabor Júnior – PMDB – AC 3º Secretário Júlia Marise – PRN – MG 4º Secretário Nelson Wedekin – PDT – SC Suplente de Secretário Iavoisier Maia – PDT – RN Lucídio Portella – PPR – PI Beni Veras – PSDB – CE Carlos Patrocínio – PFL – TO	LIDERANÇA DO GOVERNO Líder Pedro Simon VICE-LÍDERES DO GOVERNO Jutahy Magalhães Elcio Alvares LIDERANÇA DO PMDB Líder Mauro Benevides Vice-Líderes Cid Sabóia de Carvalho Garibaldi Alves Filho José Fogaça Ronaldo Aragão Mansueto de Lavor Antonio Mariz Alufio Bezerra Gilberto Miranda LIDERANÇA DO PSDB Líder Mário Covas Vice-Líderes Almir Gabriel Jutahy Magalhães LIDERANÇA DO PFL Líder Marco Maciel Vice-Líderes Elcio Alvares Odacir Soares LIDERANÇA DO PSB Líder José Paulo Bisol	LIDERANÇA DO PTB Líder Jonas Pinheiro Vice-Líder Vamir Campelo LIDERANÇA DO PDT Líder Magno Bacelar LIDERANÇA DO PRN Líder Ney Maranhão Vice-Líder Áureo Mello LIDERANÇA DO PP Líder Irapuan Costa Júnior LIDERANÇA DO PPR Líder Epitácio Cafeteira Vice-Líderes Carlos DeCarli Moisés Abrão Affonso Camargo LIDERANÇA DO PT Líder Eduardo Suplicy
---	---	---

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Iram Saraiva

Vice-Presidente: Magno Bacelar

Titulares

Suplentes

PMDB

Amir Lando	RO-3111/12	César Dias	RR-3064/65
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59	Mansueto de Lavor	PE-3183/84
José Fogaça	RS-3077/78	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Iram Saraiva	GO-3134/35	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Marco Lacerda	MT-3029/30
Antônio Mariz	PB-4345/46	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Pedro Simon	RS-3230/31	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Wilson Martins	MS-3114/15	Alfredo Campos	MG-3237/38

PFL

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Marco Maciel	PE-3197/98
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Henrique Almeida	AP-3191/92
Odacir Soares	RO-3218/19	Lourival Baptista	SE-3027/28
Elcio Alvares	ES-3131/32	João Rocha	TO-4071/72

PSDB

Eva Blay	SP-3119/20	Almir Gabriel	PA-3145/46
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio Vilela Filho	AL-4093/94
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	

PTB

Luiz Alberto	PR-4059/60	Afonso Camargo	PR-3062/63
Carlos De'Carti	AM-3079/80	Louremberg N. Rocha	MT-3035/36

PDT

Magno Bacelar	MA-3073/74	Lavoisier Maia	RN-3239/40
---------------	------------	----------------	------------

PRN

Aureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3101/02
-------------	------------	--------------	------------

PDC

Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Gerson Camata	ES-3203/04
--------------------	------------	---------------	------------

PDS

Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24
-----------------	------------	-------------------	------------

PP

Pedro Teixeira	DF-3127/28	João França	RR-3067/68
----------------	------------	-------------	------------

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes - Ramais 3972 e 3987

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa
- Anexo das Comissões - Ramal 4315

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Benj Veras

Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares

Suplentes

PMDB

Amir Lando	RO-3111/12	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Antônio Mariz	PB-4345/46	João Calmon	ES-3154/55
César Dias	RR-3064/65	Onofre Quinan	GO-3148/49
Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/60	Pedro Simon	RS-3230/32
Divaldo Suruagy	AL-3180/85	José Fogaça	RS-3077/78
Juvêncio Dias	MA-3050/4393	Ronan Tito	MG-3038/39

Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Nelson Carneiro	RJ-3209/10
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	Iram Saraiva	GO-3133/34
Márcio Lacerda	MT-3029	Vago	
Vago		Vago	

PFL

Lourival Baptista	SE-3027/28	Dario Pereira	RN-3098/99
João Rocha	TO-4071/72	Ávaro Pacheco	PI-3085/87
Odacir Soares	RO-3218/19	Bello Parga	MA-3069/70
Marco Maciel	PE-3197/99	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Elcio Alvares	ES-3131/32
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Guilherme Palmeira	AL-3245/46

PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Beni Veras	CE-3242/43	Eva Blay	SP-3117/18
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio V. Filho	AL-4093/94

PTB

Marluce Pinto	RO-4062/63	Valmir Campelo	DF-3188/89
Afonso Camargo	PR-3062/63	Luiz Alberto Oliveira	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Carlos De'Carti	AM-3079/81

PDT

Lavoisier Maia	RN-3240/41	Nelson Wedekin	SC-3151/53
----------------	------------	----------------	------------

PRN

Saldanha Derzi	MS-4215/16	Ney Maranhão	PE-3101/02
Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56

PDC

Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Moisés Abrão	TO-3136/37
--------------------	------------	--------------	------------

PDS

Lucidio Portella	PI-3055/57	Jarbas Passarinho	PA-3022/23
------------------	------------	-------------------	------------

PSB / PT

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
-----------------	------------	------------------	------------

PP

Pedro Teixeira	DF-3127/28	Meira Filho	DF-3221/22
----------------	------------	-------------	------------

Secretário: Luiz Cláudio/Vera Lúcia

Telefones: Secretaria: 3515/16/4354/3341

Sala de reuniões: 3652

Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.

Sala nº 09 - Ala Alexandre Costa

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: João Rocha

Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares

Suplentes

PMDB

Ronan Tito	MG-3038/39/40	Mauro Benevides	CE-3194/95
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	José Fogaça	RS-3077/78
Ruy Bacelar	BA-3161/62	Flaviano Melo	AC-3493/94
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Cid S. de Carvalho	CE-3058/59
César Dias	RO-3064/65/66	Juvêncio Dias	PA-3050/4393
Mansueto de Lavor	PE-3182/83/84	Pedro Simon	RS-3230/32
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Gilberto Miranda	AM-3104/05	João Calmon	ES-3154/56
Onofre Quinan	GO-3148/50	Wilson Martins	MS-3114/15

PFL

Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Odacir Soares	RO-3218/19
Raimundo Lira	PB-3201/02	Bello Parga	MA-3069/70
Henrique Almeida	AP-3191/92/93	Ávaro Pacheco	PI-3085/87
Dario Pereira	RN-3098/99	Elcio Alvares	ES-3131/32
João Rocha	MA-4071/72	Josaphat Marinho	BA-3173/75

PSDB			
Beni Veras	CE-3242/43/44	Almir Gabriel	PA-3145/47
José Richa	PR-3163/64	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	
PTB			
Afonso Camargo	PR-3062/63	Louremberg N. Rocha	MT-3035/36
Valmir Campelo	DF-3188/89/4061	Luiz Alberto Oliveira	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Marluce Pinto	RO-4062/63
PDT			
Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40
PRN			
Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-4215/18
Ney Maranhão	PE-3101/02	Aureo Mello	AM-3091/92
PDC			
Moisés Abrão	GO-3136/37/322	Gerson Camata	ES-3203/04
PDS			
Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24
PP			
Meira Filho	DF-3222/05	Irapuan C. Júnior	GO-3089/90
PT/PSB			
Eduardo Suplicy	3213/15/16	José Paulo Bisol	3224/25
Secretário: Dirceu Vieira M. Filho			
Ramais: 311-3515/3516/4354/3341			
Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas			
Local: Sala das Comissões; Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 4344			

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

(19 Titulares e 19 Suplentes)

Presidente: Alfredo Campos

Vice-Presidente: Hydekél Freitas

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Ronan Tito	MG-3039/40	Mauro Benevides	CE-3052/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Flaviano Melo	AC-3493/94
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Divaldo Suruagy	AL-3185/86	Mansueto de Lavor	PE-3182/83
João Calmon	ES-3154/55	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Ruy Bacelar	BA-3160/61	Cesar Dias	RR-3064/65
PFL			
Guilherme Palmeira	AL-3245/46	Francisco Rollemberg	SE-3032/34
Hydekél Freitas	RS-3064/65	Josaphat Marinho	BA-3173/74
Lourival Baptista	SE-3027/28	Raimundo Lira	PB-3200/3201
Álvaro Pacheco	PI-3085/86	Marco Maciel	PE-3197/98
PSDB			
Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
José Richa	PR-3163/64	Eva Blay	SP-3119/20
PTB			
Luiz A. Oliveira	PR-4058/59	Valmir Campelo	DF-3188/89
Marluce Pinto	RR-4062/63	Jonas Pinheiro	AP-3206/07
PDT			
Darcy Ribeiro	RJ-4230/31	Magno Bacelar	MA-3074/75
PRN			
Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-3255/4215

PDC			
Gerson Camata	ES-3203/04	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
PP			
Irapuan Costa Júnior	3088/3089	Pedro Teixeira	3127/3128
PDS			
Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Lucídio Portella	PI-3055/56
Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos			
Ramais: 3496 e 3497			
Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas			
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 3546			

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Dario Pereira

Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Flaviano Melo	AC-3493/94	Amir Lando	RO-3110/11
Mauro Benevides	CE-3194/95	Ruy Bacelar	BA-3161/62
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Ronaldo Aragão	RR-4052/53
Onofre Quinan	GO-3148/49	Ronan Tito	MG-3039/40
Gilberto Miranda	AM-3104/05	Juvêncio Dias	PA-3050/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Antonio Mariz	PB-4345/46
Marcio Lacerda	MT-3029/30	Wilson Martins	MS-4345/46
Vago		Vago	
PFL			
Dario Pereira	RN-3098/99	Raimundo Lira	PB-3201/02
Henrique Almeida	AP-3191/92	João Rocha	TO-4071/72
Elcio Alvares	ES-3131/32	Carlos Patrocínio	TO-4068/69
Bello Parga	MA-3069/72	Guilherme Palmeira	AL-3245/46
Hydekél Freitas	RJ-3082/83	Vago	
PSDB			
Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Beni Veras	CE-3242/43
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
Vago		José Richa	PR-3163/64
PTB			
Louremberg N. Rocha	MT-3035/36	Afonso Camargo	PR-3062/63
Marluce Pinto	RR-4062/63	Vago	
PDT			
Lavoisier Maia	RN-3239/40	Magno Bacelar	BA-3074/75
PRN			
Saldanha Derzi	MT-4215/18	Albano Franco	SE-4055/56
PDC			
Gerson Camata	ES-3203/04	Moisés Abrão	TO-3136/37
PDS			
Lucídio Portella	PI-3055/56	Esperidião Amin	SC-4206/07
PP			
João França	RR-3067/68	Meira Filho	DF-3221/22
Secretário: Celson Parente – Ramais 3515 e 3516			
Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas			
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa – Anexo das Comissões – Ramal 3286			

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: Valmir Campelo

Vice-Presidente: Juvêncio Dias

Titulares**Suplentes****PMDB**

João Calmon	ES-3154/55	Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/59
Flaviano Melo	AC-3493/94	Antônio Mariz	PB-4345/46
Mauro Benevides	CE-3052/53	Onofre Quinan	GO-3148/49
Wilson Martins	MS-3114/15	Marcio Lacerda	RJ-3029/30
Juvêncio Dias	PA-3050/4393	Ronaldo Aragão	RO-4052/53
Mansueto de Lavor	PE-3182/83	Amir Lando	RO-3110/11
José Fogaça	RS-3077/78	Ruy Bacelar	BA-3160/61
Pedro Simon	RS-3230/31	Alfredo Campos	MG-3237/38
Iram Saraiva	GO-3134/35	Nelson Carneiro	RJ-3209/10

PFL

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Dario Pereira	RN-3098/99
Marco Maciel	PE-3197/98	Odacir Soares	RO-3218/19
Álvaro Pacheco	PI-3085/86	Francisco Rollemberg	SE-3032/33
Raimundo Lira	PB-3201/02	Carlos Patrocínio	TO-4058/68
Bello Parga	MA-3069/72	Henrique Almeida	AP-3191/92

PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Beni Veras	CE-3242/43
Eva Blay	SP-3119/20	Mário Covas	SP-3177/78
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	José Richa	PR-3163/64

PTB

Valmir Campelo	DF-3188/89	Luiz A. Oliveira	PR-4058/59
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Mariuce Pinto	RR-4062/63
Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36	Carlos De' Carli	AM-3079/80

PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-3074/75
---------------	------------	---------------	------------

PRN

Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56
Ney Maranhão	PE-3101/02	Saldanha Derzi	MS-4215/18

PDC

Moisés Abrão	TO-3136/37	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
--------------	------------	--------------------	------------

PDS

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Esperidião Amin	SC-4206/07
-------------------	------------	-----------------	------------

PP

Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/68
-------------	------------	-------------	------------

PT/PSB

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
-----------------	------------	------------------	------------

Secretária: Mônica Aguiar Inocente

Ramais 3496/3497

Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas**Local:** Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 3121

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral CR\$ 3.620,00

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral CR\$ 3.620,00

J. avulso CR\$ 30,00

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386 - PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil - Agência 0452-9 - CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.

CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

- Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências
- Dispositivos vetados e razões dos vetos
- Legislação correlata
- Índice temático

Lançamento
Cr\$ 800,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 110

(abril a junho de 1991)

Está circulando o nº 110 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica, editada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número com 398 páginas, contém as seguintes matérias:

Assinatura para 1991 (nº 109 a 112).

Cr\$ 4.500,00

COLABORAÇÃO

A primeira Constituição Republicana do Brasil -
Alcides de Mendonça Lima

Tarefa dos partidos políticos no processo de integração da América Latina - *André Franco Montoro*

Os actos legislativos no Direito Constitucional Português - *Jorge Miranda*

Konrad Hesse: Uma nova crença na Constituição - *Inocêncio Mártires Coelho*

Os Direitos Humanos como limitações ao poder constituinte - *Leomar Barros Amorim de Sousa*

.....
Revisão constitucional - *Geraldo Ataliba*

Direito Constitucional Brasileiro (Reflexões sobre aspectos elementares) - *Sebastião Baptista Affonso*

Mandado de injunção - *Marcelo Duarte*

As Medidas Provisórias no Sistema Jurídico-Constitucional Brasileiro - *Fran Figueiredo*

Aspectos do Regime Constitucional da Desapropriação - *Vitor Rolf Laubé*

A liberdade de expressão e a propaganda eleitoral ilícita - *Geraldo Brindeiro*

Questões e direitos relativos à mulher nas Constituições do Brasil e de Minas Gerais - *Anamaria Vaz de Assis Medina*

Fundações privadas instituídas pelo Poder Público - *Adilson Abreu Dallari*

Auditoria e avaliação da execução - *Rosinethe Monteiro Soares*

Soberania do Poder Judiciário - *Antônio de Pádua Ribeiro*

O Poder Normativo da Justiça do Trabalho - *Paulo Emilio Ribeiro de Vilhena*

A Escola Judicial - *Sálvio de Figueiredo Teixeira*

.....
Da constitucionalidade do bloqueio de valores - *Adriano Perácio de Paula*

O Programa Brasileiro de Privatização de Empresas Estatais - *Marcos Juruenia Villela Souto*

Tratamento jurídico dispensado no Brasil ao capital estrangeiro - *Werner R. Faria*

Agricultura e inflação sob o capitalismo periférico - *Mauro Márcio Oliveira*

A pau e pedra: notas sobre o vandalismo - *José Arthur Rios*

Dois momentos decisivos na vida de Rui Barbosa - *Rubem Nogueira*

.....
PESQUISA - Direito Comparado

Lei inglesa de proteção ao consumidor, 1961

Lei inglesa de segurança do consumidor, 1978

Emenda à lei inglesa de segurança do consumidor, 1986

.....
Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones: 311-3578 e 311-3579

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal - CGA 470775.